

Quem disse ?

«Hoje, não se abre a página de um jornal, que não se leia o anúncio de um programa de salvação nacional elaborado por sugestão de empresários»

Medeiros Ferreira
Diário de Notícias
19 de Junho



Director António José Seguro • Director-adjunto José Manuel Viegas
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Comissão Permanente

Lamego espera aprovação de Orçamento Rectificativo

O secretário nacional dos socialistas para as Relações Internacionais acusou o presidente do PSD de ter mudado de posição em relação à necessidade de um referendo sobre matéria europeia.

«Em 1992, depois do Tratado de Maastricht, e em 1997, depois do Tratado de Amesterdão, Durão Barroso sempre foi contra o referendo europeu, mas agora mudou de posição», denunciou, na passada terça-feira, no final da reunião da Comissão Permanente do PS, que decorreu em Lisboa. Antes, José Lamego manifestou-se contra a realização de consultas populares «como instrumento para a condução da política externa do País».

Falando no final da reunião socialista, na qual esteve presente o ministro das Finanças, Pina Moura, o candidato do PS à presidência da Câmara de Cascais, Lamego afirmou que o partido do Governo espera que o Orçamento Rectificativo «respeite as despesas de carácter social» - casos do Rendimento Mínimo Garantido, Saúde e Educação - e, «tanto quanto possível, mantenha as despesas de investimento».

Interrogado sobre se o programa de redução de despesa pública deveria considerar intocáveis as verbas que a Administração Central transfere para as autarquias, José Lamego começou por recordar que o Governo socialista foi «o primeiro a cumprir a lei das finanças locais».

«Desde 1996, as verbas para as juntas de freguesia cresceram 140 por cento e as dos municípios 80 por cento», recordou o secretário nacional do PS para as Relações Internacionais.

No que respeita à situação financeira do País, o dirigente do PS afirmou esperar que a Assembleia da República aprove o Orçamento Rectificativo.

CIMEIRA DE GOTENBURGO

QUINZE QUEREM QUIOTO EM PRÁTICA

O alargamento da União Europeia (UE) e as questões ambientais dominaram a Cimeira de Gotemburgo.

A União Europeia deve ratificar rapidamente o Protocolo de Quioto, de forma a que este entre em vigor em 2002, de acordo com as conclusões da Cimeira de Gotemburgo.

Para atingir esse objectivo, os chefes de Estado e de Governo instam a Comissão Europeia a preparar uma proposta de ratificação do acordo antes do final de 2001, tornando possível que os Estados-membros «cumpram os objectivos de rapidamente ratificar» o protocolo.



Política

Presidência Aberta sobre Ambiente e Turismo Minho sem sintomas de crise



Na região minhota «não há sintomas de crise». Foi esta a conclusão do périplo presidencial de cinco dias pelo distrito de Viana do Castelo, que terminou, no passado dia 16, em Vila Nova de Cerveira.

Jorge Sampaio assegurou, no final da Presidência Aberta sobre ambiente e turismo no Minho, que a sua visita temática serviu também para debater «impasses» da vida portuguesa.

PS em Movimento

Megajantar no Porto Fernando Gomes apresenta recandidatura



O camarada Fernando Gomes afirmou no dia 18 que se recandidata à Câmara do Porto por perceber «um certo sentimento de perturbação na condução da cidade», cuja presidência deixou há cerca de 15 meses para integrar o Governo, prometendo «a mesma combatividade e determinação do primeiro mandato», ao mesmo tempo que anunciou a sua aposta na transformação do Porto numa «cidade de cultura».



UE assume ambiente

A Cimeira de Gotemburgo, realizada no final da passada semana, entrou para a história da União Europeia. Definitivamente a UE integrou formalmente as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável nas suas políticas.

A reunião sueca que envolveu os chefes de Estado e de Governo dos Quinze foi precisa no sentido de uma rápida ratificação do Protocolo de Quioto, uma base indispensável para dar credibilidade ao combate desenvolvido contra as alterações climáticas. Em conferência de Imprensa, António Guterres sublinhou a importância do compromisso assumido de que as «questões ambientais estarão presentes em todas as políticas económicas e sociais». «É inconcebível encarar o desenvolvimento separado das questões ambientais. Não é possível considerá-las como alvo de preocupação, depois de resolvidos os problemas de desenvolvimento, como uma espécie de remendo sobre as políticas económicas e sociais», referiu o primeiro-ministro.

Esta posição significa igualmente que o nosso país terá que ratificar rapidamente o Protocolo de Quioto. Situação para a qual, segundo António Guterres, Portugal está preparado, o que deverá acontecer até final do corrente ano, de forma a que este esteja em vigor no próximo ano, cumprindo-se assim o objectivo traçado pela UE.

Em relação à aplicação de um plano de desenvolvimento sustentável, afinal o «terceiro pilar» da estratégia de Lisboa, Guterres salientou a necessidade de se introduzirem objectivos quantitativos e concretos na estratégia de desenvolvimento sustentável, justificando que tal não aconteceu neste Conselho Europeu dada a escassez de tempo entre a proposta da Comissão Europeia sobre esta matéria e o encontro dos líderes europeus.

Nas conclusões da Cimeira pode ler-se que o Conselho da União Europeia é convidado a finalizar a estratégia de desenvolvimento sustentável com o objectivo de ser implementada o mais depressa possível e que os resultados sejam apresentados antes da Cimeira da Primavera, em 2002. É aqui que se insere o convite efectuado aos Estados-membros para elaborarem a sua própria estratégia de desenvolvimento sustentável, bem como à Comissão Europeia a avaliar a sua execução num relatório anual, com base numa série de indicadores a serem estabelecidos na Cimeira de Barcelona.

Numa Cimeira que ficou igualmente marcada pelos violentos confrontos entre manifestantes anti-globalização económica e a polícia sueca, os chefes de Estado e de Governo dos Quinze chegaram no final de dois dias de reunião, a acordo relativamente ao prazo de encerramento das negociações (até ao final de 2002), com o grupo mais bem preparado. Actualmente a UE negocia a adesão de 10 países da Europa Central e Oriental, bem como as ilhas de Malta e Chipre.



SOARES APRESENTA PROGRAMA DO IX GOVERNO

Uma extensa reportagem sobre a apresentação do programa do IX Governo constitucional no Parlamento ocupava lugar de destaque na edição de 20 de Junho de 1983 do «Acção Socialista».

O órgão oficial publica na íntegra o discurso proferido pelo primeiro-ministro, Mário Soares, em que o também então líder do PS anunciava que o Governo ia solicitar um voto de confiança à Assembleia da República, para que o País não tivesse dúvidas quanto ao apoio parlamentar.

No seu discurso, o camarada Mário Soares qualificou o programa de Governo como «realista, voltado para o futuro, com a coragem de não iludir os problemas essenciais».

O jornal tinha ainda um suplemento destacável com os relatórios das comissões de síntese das propostas de alteração dos estatutos e das moções de orientação política do V Congresso Nacional do PS.

J. C. C. B.

20 de Junho

Quem disse?

«Democracia é transparência e esta casa (Assembleia da República) deverá ser do mais puro cristal»

António Macedo



IEFP

Desemprego cai pelo 53º mês consecutivo

O número de desempregados inscritos nos centros de emprego do IEFP caiu 1,3 por cento, para 318.961 pessoas, em Maio, face a igual mês do ano passado. Este é o 53º mês consecutivo em que se regista uma quebra homóloga (face a igual mês do ano precedente) do número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). De Maio para Abril, o chamado desemprego registado – inscritos nos centros de emprego do IEFP – caiu 2,7 por cento.

No mês passado, o número de desempregados à procura do primeiro emprego registou uma quebra homóloga de 14 por cento.

O número de jovens (idade inferior a 25 anos) desempregados caiu 6,8 por cento, em termos homólogos.

Outro segmento que registou uma quebra foi o de desempregados de longa duração (inscritos há mais de um ano no IEFP),



com uma descida homóloga de 3,9 por cento.

A taxa de desemprego, medida pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), caiu 0,2 pontos percentuais, para 4,2 por cento, no primeiro trimestre deste ano face a igual período do ano passado.

Face ao quarto trimestre de 2000, a taxa de desemprego subiu 0,4 pontos percentuais, devido a um efeito considerado como sazonal.

Finanças

Constâncio defende reavaliação dos grandes projectos

O governador do Banco de Portugal afirmou, no dia 18, que alguns dos grandes projectos de investimento público terão de ser repensados para conter a despesa pública.

Vitor Constâncio participou na reunião do ministro das Finanças com ex-titulares da mesma pasta e ex-governadores do Banco de Portugal, que decorreu segunda-feira em Lisboa.

Interrogado sobre projectos como o novo aeroporto da Ota, o TGV ou o Euro 2004, Constâncio afirmou que «alguns destes projectos terão de ser repensados».

O governador do Banco de Portugal e ex-secretário-geral do Partido Socialista considera que, em Portugal, o consumo público em percentagem do rendimento nacional «é mais elevado do que na média dos países da Zona Euro».

Além disso, os custos com o pessoal na Função Pública, também em percentagem



do produto nacional, «são dos mais elevados de toda a área do euro, e essa é uma situação que o nosso nível de desenvolvimento não aguenta».

Nestes termos, para Constâncio, «trata-se de um objectivo nacional a contenção da despesa pública».

Presidente da República

Jorge Sampaio visita República Checa

O Presidente da República desloca-se à República Checa nos próximos dias 10 e 11 de Julho, a convite do seu homólogo, Vaclav Havel.

A visita de Estado de Jorge Sampaio dá sequência às deslocações realizadas anteriormente a outros países candidatos à União Europeia (UE), como a Hungria e a Polónia, e também à NATO, como a Eslovénia e a Roménia.

A República Checa, como a Hungria e a

Polónia, faz parte da Aliança Atlântica desde 1999 e integra o conjunto de países que mais e melhores condições tem para aderir à UE no próximo alargamento da União.

O programa de Jorge Sampaio, que ainda não está completamente definido, inclui uma visita a Cesky Krumlov, cidade património mundial da UNESCO. Durante a visita haverá um encontro formal entre os dois chefes de Estado.

QUINZE QUEREM QUIOTO EM PRÁTICA EM 2002

O alargamento da União Europeia (UE) e as questões ambientais dominaram a Cimeira de Gotemburgo.

A União Europeia deve ratificar rapidamente o Protocolo de Quioto, de forma a que este entre em vigor em 2002, de acordo com as conclusões da Cimeira de Gotemburgo.

Para atingir esse objectivo, os chefes de Estado e de Governo instam a Comissão Europeia a preparar uma proposta de ratificação do acordo antes do final de 2001, tornando possível que os Estados-membros «cumpram os objectivos de rapidamente ratificar» o protocolo.



União Europeia irá trabalhar para assegurar a maior participação dos países industrializados no esforço de assegurar a entrada em vigor do protocolo em 2002», lê-se nas conclusões da Cimeira.

Os líderes europeus querem mesmo que os países vão além dos objectivos de baixar as emissões de gases com efeito de estufa a que se comprometeram em Quioto, estabelecendo como objectivo a longo prazo um aumento máximo global de temperatura de dois graus centígrados em relação aos níveis da época pré-industrial e uma diminuição da concentração de dióxido de carbono.

Os Quinze reafirmam ainda o compromisso de, em 2005, demonstrar um progresso real no cumprimento dos objectivos de Quioto. Os líderes europeus reafirmam ainda o compromisso de cumprir metas indicativas na electricidade produzida através de energias renováveis, de forma a que, em 2010, 22 da electricidade consumida seja proveniente destes recursos.

O compromisso assumido nesta matéria estão inscritos no capítulo do desenvolvimento sustentável, constituindo as alterações climáticas uma das grandes prioridades de acção.

Os transportes, a saúde pública e a gestão dos recursos naturais são as restantes prioridades definidas nesta matéria.

O Conselho Europeu concorda com uma estratégia de desenvolvimento sustentável que constitua o terceiro pilar da estratégia de Lisboa, a seguir às vertentes económica e social, cujo objectivo é tornar a Europa na economia mais competitiva do mundo até 2010.

Compromisso sobre primeiro alargamento

Os chefes de Estado e de Governo dos Quinze aceitaram uma proposta de compromisso da presidência sueca no sentido de tentarem encerrar as negociações do primeiro alargamento até



ao final de 2002.

A França e a Alemanha consideraram prudente a redacção do projecto de conclusões proposto pela presidência sueca e levantaram as suas reservas iniciais à ideia de se estabelecer já em Gotemburgo uma data definitiva para a conclusão das negociações com o primeiro grupo de países candidatos, segundo fontes diplomáticas.

Apesar de o texto referir que «o processo de alargamento da União Europeia é irreversível», também indica que «deverá ser possível» concluir as negociações com alguns dos países candidatos até ao final de 2002.

Com algum ênfase, a declaração comum aos Quinze também remete a responsabilidade do êxito das negociações para os próprios países candidatos.

O compromisso aceite em Gotemburgo reafirma igualmente o objectivo estabelecido na cimeira de Nice, em Dezembro passado, de que o primeiro pelotão de países candidatos à União já deverá participar nas eleições para o parlamento Europeu em 2004.

Os Quinze quiseram enviar a partir de Gotemburgo um sinal claro aos países candidatos da sua vontade de prosseguir com o processo de alargamento, mesmo depois de os irlandeses terem rejeitado em referendo a ratificação do Tratado de Nice. No processo de adesão à União Europeia, os países mais bem colocados são o Chipre (21 capítulos encerrados), Eslovénia (20), Estónia (19), Hungria (19), República Checa (18).

A Polónia, com 16 capítulos fechados, constitui o caso mais difícil das negociações devido ao seu peso demográfico (38 milhões de habitantes) e à importância do seu sector agrícola.

Os Quinze comprometeram-se também em

Gotemburgo a aplicar um plano de desenvolvimento sustentável, com algumas prioridades, mas que deixa de fora metas concretas como o fim das ajudas à produção de carvão e tabaco.

Ainda assim, as conclusões da Cimeira de Gotemburgo vão além do projecto avançado inicialmente, que era parco em objectivos precisos, cingindo-se à definição de prioridades.

Abandonando as metas mais polémicas propostas pela Comissão Europeia - apesar de serem as «boas-vindas» ao documento de Bruxelas, que consideram «importante» -, como o fim das ajudas à produção de carvão e das subvenções ao tabaco, os chefes de Estado de Governo conseguiram estabelecer alguns objectivos concretos nas quatro linhas de acção prioritárias.

Para a promoção de transportes sustentáveis, é defendido o combate aos volumes crescentes de tráfego, ruído e poluição, requerendo que a Comissão Europeia garanta que, em 2005, o preço da utilização dos diferentes modos de transportes reflita os custos para a sociedade, dando ao mesmo tempo prioridade aos transportes ferroviários.

No capítulo da saúde pública, os Quinze querem uma nova política sobre a utilização de químicos, para ser aplicada em 2004, e ver rapidamente implementada a Autoridade de Segurança Alimentar.

No contexto dos recursos naturais, é requerida maior responsabilidade, sendo necessária uma nova relação entre estes, o crescimento da economia e o consumo.

Preservação da biodiversidade

A preservação da biodiversidade - conceito introduzido no último momento - é igualmente defendida, com os Quinze a

introduzir a vertente ambiental na revisão da Política Comum de Pescas, no próximo ano. A proposta defende ainda que devem suprimir as medidas de apoio ao sector da pesca que contribuem para a sobreexploração dos recursos pesqueiros. Os chefes de Estado e de Governo chamam ainda a atenção para a necessidade de introduzir a vertente ambiental em todas as decisões políticas, defendendo que «os efeitos económicos, sociais e ambientais de todas as políticas devem ser examinados de forma coordenada e tidos em conta nas decisões».

Por isso, defendem o conceito de «preço real» para que os preços traduzam os custos reais - incluindo os ambientais - de forma a constituir um incentivo para os consumidores e produtores nas decisões do que comprar.

Nas conclusões, o Conselho da União Europeia é convidado a finalizar a estratégia de desenvolvimento sustentável com o objectivo de ser implementada o mais depressa possível e que os resultados sejam apresentados antes da Cimeira da Primavera, em 2002.

Os chefes de Estado e de Governo convidam ainda os Estados-membros a elaborar a sua própria estratégia de desenvolvimento sustentável, bem como a Comissão Europeia a avaliar a sua execução num relatório anual, com base numa série de indicadores a serem estabelecidos na Cimeira de Barcelona.

A estratégia deverá ser revista na Cimeira Europeia de Laeken (Bélgica), em Dezembro próximo, para que todas as políticas comunitárias incluam no futuro uma avaliação do impacto económico, social e ambiental. A organização ambiental Greenpeace deu as boas vindas ao documento apresentado, considerando-o uma «mensagem de esperança» e um «passo importante».

GOTEMBURGO

Cimeira

GUTERRES REALÇA INTEGRAÇÃO DO AMBIENTE NAS POLÍTICAS EUROPEIAS

O primeiro-ministro, António Guterres, considerou no dia 16 que a Cimeira de Gotemburgo ficará na história por ter integrado formalmente as questões ambientais e do desenvolvimento sustentável nas políticas da União Europeia.

Em conferência de Imprensa no final da Cimeira de chefes de Estado e de Governo da UE, António Guterres sublinhou a importância do compromisso assumido pelos Quinze de que as «questões ambientais estarão presentes em todas as políticas económicas e sociais». «É inconcebível encerrar o desenvolvimento separado das questões ambientais. Não é possível considerá-las como alvo de preocupação, depois de resolvidos os problemas de desenvolvimento, como uma espécie de remendo sobre as políticas económicas e sociais», referiu o primeiro-ministro. Considerando que a definição de um plano de desenvolvimento sustentável constitui o terceiro pilar da estratégia de Lisboa, ao lado das vertentes económica e social, Guterres salientou a importância do empenho demonstrado pelos Quinze na ratificação e aplicação do Protocolo de Quioto, «uma base indispensável para dar credibilidade ao combate desenvolvido contra as alterações



Quinze apoiam processo democrático em Timor-Leste

Os líderes europeus reunidos em Gotemburgo, Suécia, enviaram uma mensagem de apoio ao processo democrático em Timor Leste. O documento com as conclusões da Cimeira de Gotemburgo tem um pequeno capítulo dedicado à situação naquele território. Os Quinze «dão o seu apoio às próximas eleições para a Assembleia Constituinte em Timor-Leste» e «esperam que esta etapa decisiva dê aos timorenses uma Constituição, o seu primeiro Governo eleito e um quadro político que leve à independência».

climáticas». O chefe de Governo admitiu, por outro lado, a necessidade de se introduzirem objectivos quantitativos e concretos na estratégia de desenvolvimento sustentável, justificando que tal não aconteceu neste Conselho Europeu dada a escassez de tempo entre a proposta da Comissão Europeia sobre esta matéria (apresentada em Maio) e o encontro dos líderes europeus. «Não aconteceu neste Conselho porque o tempo entre a apresentação da proposta da Comissão e o Conselho Europeu não foi suficiente para que decisões baseadas num consenso responsável fosse possível, mas acontecerá no desenvolvimento dos trabalhos a muito curto prazo», afirmou. Quanto à ratificação do Protocolo de Quioto por parte de Portugal, Guterres não adiantou uma data precisa, afirmando que o país se insere no objectivo da União Europeia de ratificar o acordo até ao final de 2001, de forma a que este esteja em vigor no próximo ano. O Governo acredita que Portugal estará preparado para cumprir essa meta, mas quer ao mesmo tempo conhecer os resultados das conferências das partes (COP) da Convenção sobre Alterações Climáticas (em Bona, no final de Julho, e em Marraquexe, em Novembro) para melhor definir a sua estratégia, de acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

COPENHAGA

Portugal e Dinamarca defendem

CONTINUAÇÃO DAS POLÍTICAS DE COESÃO SOCIAL APÓS O ALARGAMENTO

Os primeiros-ministros de Portugal e da Dinamarca assinaram no dia 18 uma declaração comum, onde se defende uma evolução gradual da União Europeia e se apoia a continuação das políticas de coesão social após o alargamento. A posição dos dois chefes de Governo foi anunciada no final da visita oficial de dois dias que António Guterres fez à Dinamarca e que se destinou a concertar posições políticas entre Lisboa e Copenhaga ao nível dos principais «dossiers» da União Europeia e da NATO. Em conferência de Imprensa, o primeiro-ministro dinamarquês, Poul Rasmussen, e António Guterres recusaram as propostas federalistas «sem conteúdo» para o aprofundamento da União Europeia.

Em alternativa, apoiam «uma evolução gradual» da União Europeia, baseada no método de coordenação aberta das economias dos Quinze, na execução da estratégia de Lisboa (conjunto de reformas económicas, sociais e tecnológicas para transformar a UE a médio prazo num espaço mais competitivo) e na manutenção dos fundos de coesão mesmo depois do alargamento aos países do Leste europeu e da bacia do Mediterrâneo.

Na reunião entre Poul Rasmussen e António Guterres, que durou cerca de duas horas, foram ainda analisadas as propostas para as reformas da Política Agrícola Comum e da Organização Mundial do Comércio, as consequências da rejeição pelos irlandeses do Tratado de

Nice e os principais objectivos da presidência dinamarquesa da União Europeia.

A presidência dinamarquesa, no segundo semestre do próximo ano, coincidirá com o final do prazo para a conclusão das negociações com o grupo de países candidatos à União Europeia que se encontram mais avançados nas negociações com Bruxelas, casos da Eslovénia, Chipre, Hungria, República Checa, Lituânia e Polónia.

Os dois primeiros-ministros subscreveram a tese de que a recente cimeira de Gotemburgo (Suécia) permitiu enviar um sinal claro de optimismo aos países candidatos à adesão, sobretudo no que respeita à conclusão de que o processo de alargamento se tornou

irreversível, mas António Guterres fez questão de sublinhar o carácter «fundamental» da manutenção das políticas de coesão social europeias, quer para Portugal, quer para alguns países candidatos ao alargamento.

Na conversa com o chefe do Governo dinamarquês, o primeiro-ministro português procurou demonstrar a necessidade de os critérios para a distribuição de fundos estruturais, regionais e de coesão entre os diferentes Estados-membros serem alterados, apontando como exemplo o caso da Eslovénia que, se entrar na União Europeia em 2004, começará em 2006 a ser um contribuinte líquido para o orçamento de Bruxelas, perspectiva que considerou «absurda e injusta».

MINHO SEM SINTOMAS DE CRISE

Na região minhota «não há sintomas de crise». Foi esta a conclusão do périplo presidencial de cinco dias pelo distrito de Vila do Castelo, que terminou, no passado dia 16, em Vila Nova de Cerveira.

Jorge Sampaio assegurou, no final da Presidência Aberta sobre ambiente e turismo no Minho, que a sua visita temática serviu também para debater «impasses» da vida portuguesa.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, percorreu, em menos de uma semana, cerca de mil quilómetros através de 10 concelhos minhotos, levando na bagagem a impressão de uma região virada para a vizinha Galiza e para a cooperação entre autarquias, com apostas fortes no turismo e na indústria.

O Presidente voltou à metrópole alfacinha com a mala carregada de presentes, desde os azeites regionais de Ponte de Lima até ao cachorro «Castro Labreiro» que a vila do Soajo lhe ofereceu.

Por onde passou, Sampaio recebeu aplausos, musicados por bombos e ranchos folclóricos, em contactos de rua que mostraram a simpatia da população pelo chefe de Estado.

Jorge Sampaio procurou especialmente as crianças, sempre preocupado com os seus resultados escolares e relação com a escola.

Foi junto da «miudagem» que o Presidente se demorou mais, como nas aulas de educação ambiental em Arcos de Valdevez, em que Sampaio deu autógrafos, quis conversar e até jogar jogos tradicionais.

Em Ponte de Lima, o Presidente avaliou o cheiro do País profundo, na «mesa dos quatro abades», concluiu entre quatro freguesias para quem o chefe de Estado foi mostrar que ali «também é Portugal».

Presidentes de Junta, engenheiros e carpinteiros deixaram no ar as reclamações de uma população que se sente por vezes esquecida.

De adega em adega, Sampaio e comitiva provaram verdes, tintos e brancos, com destaque para a casta Alvarinho, característica dos concelhos de Monção e Melgaço.

O Presidente saiu destas localidades com a impressão de um sector que tem apostado na qualidade e na inovação.

A vizinha Galiza esteve sempre muito perto, através de representantes de autarquias do outro lado da fronteira e um encontro em Vila Nova de Cerveira, que serviu para provar que para trabalhadores e empresas dos dois lados do rio Minho a fronteira é cada vez mais só no papel.

Foi em Vila Nova de Cerveira que Sampaio concedeu personalidades galegas que ajudaram na recuperação dos corpos das



vítimas da tragédia de Entre-os-Rios, último acto oficial de sua visita temática.

Na cerimónia de agradecimento, Sampaio agradeceu às personalidades condecoradas por «aquilo que fizeram por Portugal e pelos portugueses num momento extremamente difícil».

O ministro da Justiça, António Costa, de quem partiu a iniciativa, acompanhou Sampaio na cerimónia, que concedeu primeiramente o conselheiro da Junta da Galiza para a Justiça, Antonio Pillado, que

recebeu a medalha de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique.

A mesma condecoração foi atribuída ao conselheiro da Junta para a Saúde, José Maria Cochón.

O director-geral da Protecção Civil espanhola, José Benito Suarez, e o director do Instituto de Medicina Legal de Santiago de Compostela, Luiz Concheiro Carro, receberam medalhas de Comendador da Ordem do Mérito.

Jorge Sampaio entregou ainda a medalha

de Grande Oficial da Ordem do Mérito ao presidente do Tribunal Superior da Galiza, Jesus Souto Prieto.

Regionalização

Durante a Presidência Aberta, Sampaio abordou temas à margem do programa, como a saúde, e insistiu na descentralização, processo que deve ser feito por «experiências», ganhando uma «base de apoio» credível.

«O que foi rejeitado no referendo sobre a regionalização foi um mapa de divisão do País em regiões, não o objectivo da descentralização», lembrou o chefe de Estado, na passada sexta-feira, em Melgaço.

«Faz parte das minhas funções perceber os impasses da vida portuguesa e lançar o debate», disse Sampaio, contrapondo que, quando «o Presidente da República não fala durante um mês, toda a gente diz que não faz nada».

Contudo, Jorge Sampaio considerou que não mandou «recados», que afirmou terem sempre um grau de «confidencialidade».

As atenções de Sampaio estiveram fundamentalmente viradas para «a educação e a inovação», condições que considerou essenciais para um futuro que se apresenta «aberto e exigente».

Na viagem pelo Alto Minho, Sampaio não detectou «sintomas de crise», mas antes «um esforço para a resolução dos problemas», a par de «energia e vontade».

«Temos que nos preparar para quando acabarem os fundos estruturais», alertou o Presidente da República.

Em Caminha, Sampaio viu que atravessar e navegar no Minho é ainda uma dificuldade para os pescadores, com a falta de navegabilidade a esbarrar nos desentendimentos de entidades públicas portuguesas.

Embora ambiente e turismo tivessem sido os motes da visita, Jorge Sampaio sempre foi dizendo o que está mal na saúde, insistindo na descentralização como forma de aumentar a eficácia da máquina do Estado.

Sampaio não se cansou de apelar à iniciativa dos municípios, mas evitando o objectivo da «regionalização», considerando que desde o referendo é uma «palavra equívoca».

No Minho, turismo e ambiente complementam-se, como no solar de Bertandos, Ponte de Lima, onde o Presidente pernitoiu, junto da lagoa considerada paisagem protegida, que Sampaio quis visitar, de galochas e cajado.

Numa região marcadamente rural, o chefe de Estado apelou à inovação e à aposta na qualidade dos produtos sem perder de vista a identidade regional.

A acrescentar aos cordões de ouro e trajes tradicionais dos bilhetes postais, o Minho tem, segundo o Presidente da República, o desafio de se modernizar e abrir cada vez mais ao turismo e indústria, sem deixar de lado o verde, que é ao mesmo tempo impulso e objectivo final do desenvolvimento da região.

Jorge Coelho apoia apelo descentralizador de Sampaio

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, disse, no dia 16, em Paredes, Porto, que junta a sua voz à do Presidente da República na defesa de um País mais descentralizado.

«Penso cada vez mais, e é cada vez maior o número de portugueses que assim pensa, que para o País poder dar um salto no seu desenvolvimento o poder tem de desconcentrar, tem de haver uma descentralização ao máximo nível que for possível», afirmou Coelho.

O dirigente socialista, que falava à margem da apresentação do candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Paredes, Artur Penedos, secretário da Mesa da Assembleia da República, acrescentou que «junta a sua voz e a do Partido Socialista» às declarações que o Presidente da República tem feito durante a sua deslocação ao Minho.

Jorge Coelho exortou os portugueses a lutarem por essa reforma, sublinhando «que é consensual que o país necessita de colocar o poder de decisão mais perto das pessoas, precisa que os cidadãos vejam que podem tratar dos seus assuntos mais perto de si, que vejam as decisões serem tomadas por pessoas que conhecem melhor os assuntos».

Além do reforço dos poderes das comissões de coordenação e dos governos civis, Jorge Coelho defendeu também a «descentralização a todos os níveis» não só para aquelas entidades, mas também para as associações de municípios.

AMBIENTE

Ministro garante cumprimento da lei

O ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, garantiu, no dia 16, em Lisboa, inflexibilidade na aplicação das leis do ambiente.

Fazer cumprir as leis do ambiente, afirmou o ministro, «não é entrar o desenvolvimento, bem antes pelo contrário».

Sócrates garantiu que os «os direitos ambientais dos portugueses serão cumpridos» e é nesse sentido que se desenvolve a política do seu ministério.

O ministro falava na apresentação do Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (PESGRI 2001), que estará em discussão pública até ao final do mês.

O plano agora apresentado mantém a estrutura do de 1999, mas actualiza não só os dados como «usufrui de um melhor conhecimento da situação» definindo melhor o seu âmbito, disse a presidente do Instituto de Resíduos (IR), Dulce Álvaro Pássaro.

«O plano consolida uma orientação e uma estratégia definida pelo Ministério e reflecte um trabalho notável encetado desde 1996 que demonstra o conhecimento da administração pública nesta área», afirmou José Sócrates.

Visa uma gestão sustentável dos recursos naturais, a protecção e valorização ambiental do território, a protecção da biodiversidade e a protecção da natureza.

Prevê uma hierarquia na gestão dos resíduos industriais produzidos, adequando uma tipologia que os caracterize, propondo como prioridade absoluta a sua redução, reutilização e reciclagem.

Além dos aterros o plano contempla também a co-incineração nas cimenteiras.



No balanço que fez dos debates efectuados, o ministro considerou que foi possível apurar «um largo consenso político para avançar com a alta velocidade».

Um consenso, afirmou, «não necessariamente por este ou outro projecto», mas no sentido da necessidade da rede de alta velocidade/velocidade alta.

«O próximo passo é a comparação das duas propostas nos seus modelos técnico e financeiro», sublinhou Ferro Rodrigues, para quem a viabilidade financeira do projecto e as suas vantagens no desenvolvimento social e económico do País são factores que tem sempre em conta.

JUSTIÇA

Genética forense deve ser debatida com serenidade

O ministro da Justiça defendeu, no dia 19, um debate sobre a criação de uma base de dados de ADN, dado que a genética pode proporcionar um novo salto qualitativo nos meios de prova.

Na abertura do seminário «Genética ao serviço da Justiça», que decorreu na Universidade de Aveiro, Costa afirmou que «o debate da genética forense tem decorrido em torno de medos e receios, mas importa discutir também as possibilidades em duas áreas: a identificação civil e a identificação criminal».

«É preciso começar a poder resolver problemas que se vão colocar em 2010 ou 2020, que precisam hoje de decisões bem informadas», disse o governante, para quem a discussão da base de dados «é um debate necessário, que deve ser racional e sereno», ouvindo os cientistas.

Para o ministro, a tutela da futura base de dados é uma questão secundária, que só deverá ser decidida depois de definido o seu âmbito e utilizações.



CULTURA

Artes performativas nas escolas

O secretário de Estado da Cultura, Nascimento Baptista, afirmou no dia 18, no Porto, que, «provavelmente» no próximo ano lectivo haverá ensino artístico nas escolas portuguesas.

«Por aquilo que conheço do projecto, julgo que o pontapé de saída será dado a muito curto prazo, provavelmente no próximo ano lectivo», disse Nascimento Baptista, no âmbito do encontro «A Cultura em Diálogo – Políticas e Práticas do Ministério da Cultura», que decorreu na Biblioteca Almeida Garrett.

Nascimento Barbosa respondeu assim a uma proposta feita na manhã da passada segunda-feira pelo director do Teatro Nacional de São João (TNSJ) ao Ministério da Cultura. José Wallenstein considerou «fundamental» haver uma maior articulação entre a tutela de SAsportes e o Ministério da Educação, no sentido de se «aproveitar a reforma curricular para se inserir as artes performativas» no ensino.

Referiu que a «formação cultural das pessoas tem de ser feita desde o início», pois «só assim é que se consegue ter um País com as salas cheias e com as pessoas interessadas». Porém, Nascimento Baptista salientou aos jornalistas que «uma das dificuldades principais é encontrar formadores à altura daquilo que se pretende transmitir».

«Não basta criar ensino artístico, é necessário ter bastante atenção na escolha e selecção de quem vai ministrar esse ensino», frisou.

SAÚDE

Farmácias vão administrar naltexona aos toxicodependentes

As farmácias vão passar a administrar aos toxicodependentes naltexona – substância que ajuda a reforçar a abstinência da heroína – em doentes que já foram sujeitos a desintoxicação e que continuam em tratamento ambulatório.

A administração da substância, que é usada como inibidor dos efeitos da heroína, passará, em casos pontuais, a poder ser feita por uma farmácia da área de residência do toxicodependente em tratamento.

Esta medida consta de um protocolo que assinado, no dia 19, em Lisboa, pela Associação Nacional de Farmácias (ANF), o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) e a Ordem dos Farmacêuticos, na presença do secretário de Estado da Saúde.

Na cerimónia foram igualmente apresentados os resultados dos três anos de actividade do Programa de Substituição com Cloridrato de Metadona nas Farmácias, um fármaco substituto opiáceo da heroína.



EQUIPAMENTO SOCIAL

Debate sobre TGV vai prosseguir

O debate sobre o projecto de comboios de alta velocidade, com análise comparativa das duas propostas técnicas existentes, vai continuar para que a decisão seja tomada até final do ano, garantiu, no dia 19, o ministro do Equipamento Social.

Ferro Rodrigues falava na passada terça-feira no encerramento de um debate de mais de três horas com os deputados da comissão parlamentar de Equipamento sobre o projecto de alta velocidade/velocidade alta, onde teve como principais opositores Castro Almeida (PSD) e Manuel Queiró (CDS/PP).

Apesar dos ataques da oposição de direita, Ferro Rodrigues sublinhou no encerramento da sessão que o debate de hoje permitiu «clarificar» que «todos os partidos querem uma ligação de alta velocidade a Espanha».

Ferro Rodrigues disse partilhar as preocupações com a viabilidade financeira dos projectos, que o País construirá o que for possível «na base da sustentabilidade» e que o projecto a viabilizar será acompanhado pelos dois ministérios.

O governante fez o historial desde que a proposta lhe foi apresentada pouco depois de ter tomado posse da pasta do Equipamento Social, uma proposta mais ampla do que a anterior e que pretende articular no projecto a lançar «uma lógica» de transporte de passageiros e de mercadorias.



TURISMO

Réplica de caravela promove Algarve

A réplica de uma caravela da época dos Descobrimientos portugueses que foi entregue formalmente, no dia 16, à região do Algarve custou cerca de 70 mil contos.

Na cerimónia de entrega da embarcação, que decorreu na Marina de Lagos, participaram os presidentes das quatro câmaras promotoras da iniciativa – Aljezur, Lagos, Portimão e Vila do Bispo.

A cerimónia contou também com a presença do presidente da Região de Turismo do Algarve (RTA), Paulo Neves, do secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, e de Maria José Ritta, mulher do Presidente da República, que presidiu à sessão.

A entrega formal da embarcação foi antecedida de muito fogo-de-artifício e rodeada de numerosos figurantes vestidos como na época quinhentista.

A embarcação, que doravante ficará fundeada naquela marina, passará a constituir motivo de promoção turística, histórica e cultural da região, contando com o alto patrocínio da Região de Turismo do Algarve (RTA), que contribuiu decisivamente para a sua aquisição.



DEPUTADA OFÉLIA GUERREIRO

Emigração

SAUDADES DO FUTURO

A deputada do PS Ofélia Guerreiro, eleita pelo círculo eleitoral do resto do Mundo, fez no dia 5 de Junho a sua estreia na tribuna de São Bento, com uma intervenção sobre a problemática das comunidades portuguesas. «Por mais distantes que nos encontremos, permanecemos irmanados nos valores da nossa Pátria comum: pelos sentimentos que nos são comuns; pela afectividade, pela História, pela cultura e pela língua – que é sempre mãe. Fiéis ao culto dos mesmos símbolos: a mesma bandeira, o mesmo hino, a mesma República e os seus valores», disse. Ofélia Guerreiro salientou que «os portugueses que vivem e trabalham no exterior não se identificam com o seu País só pelas grandes razões. Acompanham, vibram e sofrem igualmente com os êxitos e insucessos dos nossos desportistas, com a nossa selecção de futebol, com os jogos dos seus clubes favoritos, com a nossa culinária, com o nosso folclore, enfim, com as nossas tradições, costumes e hábitos. Com as tão ricas manifestações da nossa identidade». Por isso, «não se subestimem estas afinidades tão ricas e tão ímpares, que encurtam distâncias e se constituem, neste

Mundo globalizado, num imenso potencial, num valor agregado que está por descobrir e explorar em todas as suas potencialidades», sustentou. Segundo sublinhou, «numa era de grandes e rápidas mudanças em que o Mundo e Portugal se defrontam com novos desafios, são mais do que nunca necessários, ao serviço dos interesses e valores portugueses, uma correcta informação, uma inteligência estratégica, um pensamento prospectivo e uma diplomacia dinâmica». «Já se tem feito muito. Portugal, desde o 25 de Abril, progrediu e desenvolveu-se. Isso orgulha-nos quando visitamos a nossa querida Pátria. Mas o por fazer é tanto ou mais do que o já feito», afirmou. No entanto, disse, «sucessivos governos, familiares dos portugueses não residentes, alguma imprensa e, atrevo-me a afirmar, uma boa parte dos nossos cidadãos, fazem por vezes sobre os que tiveram que partir avaliações mal fundadas, baseadas em lugares comuns, estereótipos passadistas e até apreciações injustas, traduzidas em atitudes e até políticas que não favorecem o total aproveitamento do imenso potencial

económico, profissional e humano que a população emigrada representa». «Vale dizer – e é isso que defendo – que teríamos todos muito mais a ganhar se fôssemos encarados como compatriotas de parte inteira que somos, e parceiros no esforço comum de alavancar o futuro de Portugal». Segundo Ofélia Guerreiro, «este futuro joga-se dentro e fora do País. Se me é permitido, eu diria cada vez mais fora». Estando como estou há muitos anos envolvida na problemática da emigração, como portuguesa e emigrante, conhecedora das realidades da vida das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo – em especial a do Brasil, onde constitui família, trabalho e vivo – até pelo facto de exercer um cargo no Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, não posso deixar de registar, nesta intervenção, a minha grande preocupação com os problemas por resolver dos membros mais idosos ou mais carenciados dessas comunidades». Mas, salientou, «o início das emissões da TV internacional, e programas como: "Portugal

no Coração", - que saudamos e muito gostaríamos de ver ampliado; "Apoio Social a Idosos Carenciados das Comunidades Portuguesas", louvável, solidário e corajoso a todos os títulos, levado a efeito pela primeira vez pelos Governos do Partido Socialista, são exemplos em que se deve insistir». Porém, considerou, «torna-se urgente a sua revisão no que concerne aos mínimos a conceder, assim como ao critério da idade mínima dos carenciados, quando razões objectivas de insuficiência (de saúde e outras, a avaliar) o determinem». Ofélia Guerreiro reconheceu ainda «o acerto das políticas do actual Governo para a Emigração», referindo que esse reconhecimento só a estimula ainda mais a «pugnar pela implementação de novas e necessárias medidas de aperfeiçoamento e complementaridade das já tomadas». Entre as novas medidas que se impõe tomar, enfatizou «a necessidade de se proceder a um amplo levantamento censitário, económico, social e cultural».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO ARTUR PENEDOS

Acumulação de pensões

UM CONTRIBUTO POSITIVO



O deputado socialista Artur Penedos reconheceu, no passado dia 1, na Assembleia da República, que o actual sistema de acumulação de pensões com rendimentos de trabalho, em vigor desde 1993, se mostra «inadequado» e até, nalgumas situações, é «penalizador e injusto» do ponto de vista dos interesses dos reformados e pensionistas. Neste contexto, o parlamentar do PS, em representação da sua bancada, qualificou o projecto de lei do PCP sobre esta matéria como um «contributo positivo». A iniciativa comunista insere-se, na opinião de Artur Penedos, no quadro das transformações que os socialistas desejam operar no sistema de Segurança Social, uma vez que espelha soluções «adequadas e compatíveis com a tutela dos interesses em causa». «A acumulação das pensões de velhice e de invalidez com rendimentos provenientes do exercício profissional, numa óptica de aproveitamento das capacidades do pensionista para o trabalho, da sua reinserção socioprofissional e como mecanismo de melhoria do seu nível de vida, pode e deve conduzir ao acréscimo dos rendimentos disponíveis das famílias», disse o deputado, recordando que o objectivo primordial da pensão de invalidez é a substituição dos rendimentos do trabalho perdidos. A articulação entre estas várias fontes de rendimento torna-se, segundo Penedos, «imprevisível», já que «a incapacidade

permanente para o trabalho pode surgir em qualquer momento da vida activa do beneficiário, o que pode conduzir a carreiras contributivas de fraca expressão, com as consequências significativas. «Muitas vezes, perante carreiras contributivas curtas, a remuneração de referência tomada para efeitos de cálculo da pensão é claramente inferior ao último salário auferido pelo trabalhador, pelo que a pensão não produz o efeito desejado de substituir os rendimentos do trabalho, o que o conduz à necessidade de procurar outros rendimentos que lhe assegurem uma existência condigna», exemplificou, alertando para que o sistema vigente, em muitos casos, tem conduzido ao «desincentivo de acumulação de pensões de invalidez com rendimentos do trabalho, na justa medida que, em muitos deles, se verifica uma impossibilidade prática dessa acumulação». Analisando a proposta do PCP, Artur Penedos definiu-a como o regresso ao regime jurídico da acumulação de pensões com rendimentos de trabalho, previsto pelo decreto-lei de 1983, que estabelecia como limite de acumulação da pensão de invalidez com rendimentos do trabalho os 100 por cento da remuneração de referência ou duas vezes o salário mínimo nacional e, ainda à proibição de acumulação de pensão de invalidez com rendimentos de trabalho na mesma actividade. Finalmente, o deputado socialista manifestou-se a favor de um tratamento do projecto comunista no âmbito da regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO FERNANDO SERRASQUEIRO

Reforma fiscal

CAUTELA SEM RECUE



Um regresso ao passado. Foi assim que o deputado socialista Fernando Serrasqueiro definiu, no dia 6, no Parlamento, o projecto de lei do Partido Popular sobre legislação fiscal. Recordando a frequência obsessiva com que os populares incentivavam o Governo para avançar com a reforma do sistema tributário, o deputado socialista estranhou que as alterações propostas pelo PP pressuponha o retorno à legislação anterior. «É isso que se reclama para as SGPS, que, como é sabido, era já um regime provisório, que beneficiava, sem controlo eficaz, o reinvestimento das mais valias, e que a OCDE já considerava prejudicial na óptica da concorrência», disse. Igualmente no que se refere às mais valias, Serrasqueiro fez notar a tendência do PP para o retorno à situação anterior, «o que vai contra a unicidade do imposto». «A obsessão pelo regresso ao antigo regime não faz ver, por distração, que o actual sistema até é mais favorável, no referente aos não residentes», afirmou o parlamentar do PS, para quem esta predisposição «popular» para o recuo está bem patente também no que se refere à situação dos pré-reformados, na tributação rendimento dos agricultores, mesmo quando isso é notoriamente injusto. «Igual situação no que se refere ao sigilo bancário em que se repudia a situação actual, considerada já um passo tímido no sentido de nivelar pela Europa», observou. «Vir hoje contrariar o englobamento de rendimentos como regra geral, coloca o PP na situação de querer defender privilégios nos

rendimentos de capital, que sem razão evidente, têm maiores benefícios que os do trabalho», disse o parlamentar do PS. Quanto ao regime simplificado, Fernando Serrasqueiro observou que embora sem o contrariar, a estratégia do PP consistiu em «subverter a sua lógica e alterar a sua razão de ser». «Para nós ele é mais do que um processo simplificador é também uma forma de evitar a evasão fiscal», declarou. Sublinhando que o Governo socialista encarou como prioritária desde o começo a necessidade de mudança na área da legislação fiscal, Fernando Serrasqueiro fez uma breve referência à estratégia delineada pelo Executivo do PS. Segundo o deputado, o a reforma fiscal seguiu um caminho que começou pela implementação de mudanças na tributação do rendimento, seguindo-se as mudanças na justiça tributária, já concretizada, e esperando-se o avanço numo à reforma no âmbito do património imobiliário e da nova fiscalidade. Fernando Serrasqueiro terminou a sua intervenção frisando que as alterações encetadas pelo Executivo do PS já recolheram aprovação junto da OCDE. «Foi todo um conjunto articulado e coerente de medidas na base de uma filosofia que se pretendia amplamente aceite porque enraizada em critérios de justiça, equidade, unicidade fiscal, alargamento de base tributária, progressividade e personalização das deduções», disse, acrescentando que os socialistas se mantêm convencidos de que «a actual legislação é a que melhor se ajusta às necessidades actuais, com conteúdo reformista mas cauteloso».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS **Política Económica**

PROFETAS DA CRISE SEM SOLUÇÕES



Uma interpelação ao Governo sobre política económica com pouco sentido, apoiada em «factores transitórios, passageiros e discutíveis», foi o que o deputado socialista Manuel dos Santos encontrou, no passado dia 12, na mesa da Assembleia da República. Segundo o parlamentar do PS, «a recessão económica e a divergência com a União Europeia são dois mitos criados pela propaganda partidária do PSD que não encontra sustentação em praticamente nenhum dos indicadores relevantes da situação económica». A meta laranja é clara, na opinião do deputado: «Aproveitar um momento menos bom do ponto de vista das finanças públicas e da evolução da economia

portuguesa e dessa forma passar para a opinião pública uma mensagem de recessão ou mesmo de grave crise económica.» Todavia, a realidade é outra, conforme tem sido assinalado por diferentes especialistas e organizações internacionais. «Portugal não vive uma situação de crise económica ou recessão, antes passa por uma desaceleração do crescimento em linha com todas as economias do espaço da União Europeia, que é sobretudo preocupante porque assenta em causas de difícil superação, a curto prazo, pelo uso exclusivo de políticas públicas internas», explicou Manuel dos Santos. O deputado socialista não hesitou em denunciar a ausência de um programa verdadeiramente alternativo por parte do partido interpelante. «Mesmo o famoso Programa de

Emergência – aliás só conhecido em Abril deste ano – se limita a colecionar *slogans* visando "corrigir desequilíbrios" (quais?) ou "retomar a convergência" (que nunca esteve, como mesmo este ano não está, em causa)», afirmou. Ao abordar evolução particularmente desfavorável que este ano marcou a economia mundial, Manuel dos Santos considerou «perfeitamente aceitável que tal se repercuta na evolução da situação económica portuguesa e que tal se traduza em revisões sucessivas do cenário macroeconómico de partida». «É evidente que a economia portuguesa é mais frágil, só que essa é uma herança negativa que se acentuou particularmente em 93, 94 e 95 e que, como é óbvio, não foi ainda possível superar», recordou. O deputado socialista responsabilizou o partido interpelante ao salientar que

«acentuar os factores conjunturais ou estruturais de fragilidade, muitos dos quais só podem ser superados num contexto de solidariedade comunitária, é contribuir decisivamente para avolumar os problemas e dificultar as soluções». Ao terminar a sua intervenção, Manuel dos Santos deixou claro que o Partido socialista e o seu Grupo Parlamentar estimulam o Governo a avançar com medidas de curto, médio e longo prazo que reorientem a despesa pública e consequentemente reorientem o próprio processo de evolução da economia em geral, «sem quebra de compromissos essenciais e sem desvíos em relação aos programas contratualizados com a sociedade portuguesa». «A superação de dificuldades faz-se pelo progresso e pela determinação, não é compatível com o recuo e a desistência», concluiu Manuel dos Santos. **MARY RODRIGUES**

DIPLOMA DO GOVERNO **Conservatórias e notários**

PROPOSTA DE AUMENTO DE COMPETÊNCIAS APROVADA

A Assembleia da República aprovou a proposta do Governo para a transferência de certas competências dos tribunais para o Ministério Público, as Conservatórias do Registo Civil, Predial e Comercial e também Cartórios Notariais. O diploma, que esteve no dia 19 em debate no Parlamento, visa transpor para as conservatórias e notários «todos os procedimentos», leiam-se processos, que não envolvam litígio entre as partes envolvidas, como explicou o ministro da Justiça. Apesar de terem feito algumas críticas à proposta e mostrado reservas sobre a bondade do diploma, fontes do PCR, PSD e Bloco de Esquerda votaram favoravelmente.

A ideia, explicou António Costa, é pôr em prática a «prioridade número um da nova agenda da Justiça» de combater a morosidade da justiça, acabando com o «desequilíbrio estrutural entre a capacidade de resposta e a procura crescente dos serviços do sistema judicial para a resolução de litígios». Assim, alguns dos processos que até então estavam sob a alçada dos tribunais passam ou a ser decididos pelo Ministério Público, como é o caso dos relativos à tutela dos interesses dos incapazes e ausentes, ou a ser tratados pelas conservatórias ou notários. As conservatórias do registo civil, por exemplo, passam a ter competência nos processos relativos à atribuição de alimentos a filhos menores e da casa de

família, à reconversão da separação em divórcio e à reconciliação de cônjuges separados. Também os processos relativos a divórcio por mútuo consentimento de casais com filhos menores em que o poder paternal não está regulado passam para a alçada das conservatórias, mas o Ministério Público terá também «papel activo» na defesa dos interesses do menor. Os processos manter-se-ão, contudo, sob a alçada do juiz se existir litígios entre as partes. Para os notários serão transferidos procedimentos e competências em processos de carácter eminentemente registral e notarial, como é o caso da sanção de actos notariais inválidos. A oposição parlamentar, sobretudo o PSD

e o CDS/PP, questionaram António Costa sobre se esta transferência de competências prevista no diploma não irá representar em paralelo a transferência da morosidade dos tribunais para as conservatórias. O ministro rejeitou a acusação, afirmando que o «Governo foi prudente no universo de processos» que seleccionou para transferir e afirmou que, sendo dada a competência às conservatórias e notários, os procedimentos «são mais rápidos», pois deixa de se aplicar o Código de Processo Civil e libertam-se os Tribunais de Família. Em 2003, acrescentou, o situação será objecto de uma análise, podendo na altura ponderar-se «a desjudicialização de outros processos».

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

- Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 00330000023793101005
- CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
- BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



NATO

Cimeira

GUTERRES RECONHECE ABERTURA DE BUSH SOBRE DEFESA COLECTIVA

António Guterres congratulou-se no dia 13, em Bruxelas, pela «abertura» manifestada por George W. Bush para discutir questões de defesa colectiva, como a do «escudo» antimíssil, ao contrário do seu antecessor na Casa Branca.

«Passou-se de uma situação em que, no passado, havia uma iniciativa norte-americana independente das opiniões e posições de outros, para uma posição em que se diz que há uma matéria que os norte-americanos querem discutir com os seus parceiros», disse o primeiro-ministro no final da Cimeira informal da NATO.

A abertura manifestada pelo presidente norte-americano, George W. Bush, para discutir as questões relacionadas com a defesa colectiva foi apreciada pelos dirigentes europeus que não se comprometeram com a iniciativa de Washington de criação de um «escudo» antimíssil.

De qualquer forma, António Guterres reconheceu a existência de «uma nova ameaça no Mundo constituída por estados sobre que não se pode ter confiança no seu comportamento e que dispõem, ou podem vir a dispor, de mísseis balísticos com armamento nuclear».

«Bush foi bastante franco na exposição dos seus motivos e fê-lo com efectiva abertura, isto é, manifestou interesse em que mesmo os pontos mais controversos fossem



discutidos com toda a abertura com os aliados», acrescentou.

Guterres também apreciou a abertura norte-americana em relação à iniciativa europeia de segurança e defesa que implicará a criação de uma força de reacção rápida de 60 mil homens dependente de meios logísticos da NATO. Os chefes de Estado e de governo da NATO

decidiram prosseguir as consultas em curso sobre o projecto norte-americano de defesa antimíssil apresentado pelo presidente norte-americano, George W. Bush.

O secretário-geral da Aliança Atlântica, George Robertson, explicou, à margem da Cimeira a decorrer em Bruxelas, que a NATO «está empenhada num processo importante de reflexão sobre os desafios

com que está confrontada e sobre os melhores meios de lhes fazer face».

«Estas consultas vão continuar e aprofundar-se», sublinhou Robertson no decorrer da primeira reunião de Bush com os líderes da Aliança Atlântica, uma oportunidade usada pelo presidente norte-americano para tentar persuadir os aliados europeus quanto às vantagens do seu sistema antimíssil.

UE e EUA apoiam conjuntamente nova ronda negocial da OMC

A União Europeia (UE) e os Estados Unidos acordaram no dia 14 apoiar conjuntamente o lançamento de uma nova ronda de negociações multilaterais na reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) que se celebrará no Qatar, em Novembro.

Depois do fracasso de Seattle, em Dezembro de 1999, esta é a primeira vez que as duas potências económicas manifestam por escrito o seu compromisso de apoiar uma nova e «ambiciosa» ronda de negociações da OMC.

Norte-americanos e europeus, reunidos em Gotemburgo numa cimeira bilateral, acreditam que a nova ronda ajudará a alcançar uma «maior liberalização» das trocas comerciais e contribuirá para «fortalecer e ampliar» a aplicação das normas da OMC.

BSE

Capoulas assegura

LEVANTAMENTO DO EMBARGO FIXADO ATÉ FIM DE JUNHO

O ministro Capoulas Santos assegurou, no dia 18, no Luxemburgo que Portugal já aplicou as recomendações dos inspectores comunitários sobre o regime de exportação dos bovinos, pelo que espera que a data do levantamento do embargo seja fixada este mês.

Em declarações à margem do conselho de ministros das Pescas, o ministro da Agricultura referiu que, após a inspeção de Maio, necessária para o retomar das exportações nacionais de carne bovina, Bruxelas fez recomendações para a aplicação do regime de exportação de base datal que «Portugal já introduziu».

«Já comuniquei à Comissão Europeia que o programa informático estava concluído e estamos dispostos a receber uma inspeção para o verificar», afirmou o governante.



De acordo com Capoulas Santos, não está ainda confirmada a presença dos inspectores comunitários em Portugal.

Por considerar que Portugal está a cumprir todas as regras impostas por Bruxelas para o retomar das exportações portuguesas, Capoulas Santos mantém-se confiante de que a data para o levantamento do embargo seja fixada até ao final do mês e a sua aplicação efectiva durante o mês de Julho.

«Foi esse o compromisso assumido pela Comissão Europeia e ficaria muito desiludido se tal não acontecesse», salientou ainda.

Segundo o ministro da Agricultura, apesar de não serem conhecidas as conclusões da inspeção de Maio, as informações disponíveis indicam que os resultados da missão são «globalmente positivos».

Fonte da Comissão Europeia disse que

Bruxelas admite a possibilidade de enviar uma nova inspeção veterinária a Portugal antes de fixar a data para o levantamento do embargo.

O subdirector-geral de Veterinária, Sales Henriques manifestou-se esperançado que a missão se possa realizar ainda este mês e que a fixação da data para o levantamento do embargo surja ainda em Junho.

O regime de exportação de base datal foi uma das exigências de Bruxelas para que o embargo à carne bovina portuguesa seja levantado.

Esse projecto deve permitir assegurar, nomeadamente, que os animais para exportação nasceram depois de Julho de 1999 e são provenientes de explorações indemnes à BSE, contendo todas as informações sobre os animais desde a sua nascença.

GOTEMBURGO

Cimeira

GUTERRES EXORTA CANDIDATOS À ADESÃO A REALIZAR REFORMAS RAPIDAMENTE

O primeiro-ministro português, António Guterres, exortou no dia 16 em Gotemburgo os países candidatos à adesão à União Europeia a realizar as reformas necessárias para terminarem as negociações em 2002, e entrarem em 2004.

«**C**ompete-nos fazer a nossa parte do trabalho, mas também exortar os países candidatos (que puderem) a realizarem as reformas necessárias para tornar possível» a finalização das negociações em 2002, disse Guterres na Conferência de imprensa final da Cimeira europeia de Gotemburgo.

Os chefes de Estado e de Governo dos Quinze chegaram, no final de dois dias de reunião, a acordo no sentido de tentarem encerrar as negociações com o grupo mais bem preparado até ao final de 2002.

«O objectivo é que eles (os países candidatos) possam participar, como membros, nas eleições para o Parlamento Europeu de 2004», lê-se nas conclusões da Cimeira.

António Guterres também sublinhou o bom andamento das negociações do alargamento.



A UE negocia actualmente a adesão de 10 países da Europa Central e Oriental e as ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta. Há 31 «capítulos de negociação» entre a UE e os países candidatos.

Os países mais bem colocados são Chipre (21 capítulos fechados), Eslovénia (20),

Estónia (19), Hungria (19) República Checa (18).

A Polónia (16) constitui o caso mais difícil das conversações devido ao seu peso demográfico (38 milhões de habitantes) e à importância do seu sector agrícola.

A Cimeira de Gotemburgo terminou

exactamente com um almoço em que os actuais 15 líderes tiveram como convidados os chefes de Estado e de Governo dos 13 Estados candidatos à adesão (incluindo a Turquia que ainda não iniciou as negociações).

Os chefes de Estado e de Governo consideram que o texto de conclusões aprovado tranquiliza os candidatos, que têm mostrado nervosismo na sequência da vitória do «não» no referendo irlandês sobre o Tratado de Nice, há uma semana.

António Guterres recusou a ideia de que o «não» irlandês tenha sido contra o alargamento da UE, defendendo que o sentido da votação exprimiou outros aspectos, como a falta de resposta dos responsáveis aos anseios dos cidadãos. Numa intervenção perante os seus homólogos europeus, o primeiro-ministro irlandês, Bertie Ahern, fez questão de sublinhar que os seus compatriotas vão precisar de um «período alargado de reflexão» para digerir o Tratado que contém as alterações institucionais da União necessárias ao alargamento.

Ahern afastou a possibilidade de um novo referendo ser convocado na Irlanda nos próximos seis meses, o que atrai para o próximo ano uma eventual nova consulta aos irlandeses sobre o Tratado de Nice.

CONSTRUÇÃO EUROPEIA

Mário Soares lança livro

A NECESSIDADE DE CORAGEM

Mário Soares apelou, no dia 18, à coragem dos líderes políticos portugueses e europeus ao nível da decisão, sustentando que é preciso enfrentar as dificuldades e chamar os bois pelos nomes.

A posição do ex-chefe de Estado foi assumida na sessão de apresentação do seu livro «Português e Europeu», do Círculo de Leitores, na qual estiveram presentes o vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre e vários deputados socialistas (entre eles, Jorge Lação e Medeiros Ferreira).

Na sua breve intervenção, Soares lembrou a sua qualidade de republicano, socialista, laico e «europeísta convicto», frisando depois que, para um português, a luta por ideais como a liberdade, a igualdade e a fraternidade «só pode ser travado no quadro da União Europeia».

A mesma ideia de preocupação em relação ao futuro da Europa foi transmitida por Manuel Alegre e pelas duas personalidades convidadas para apresentar o seu livro: o constitucionalista de Coimbra, Gomes Canotilho (que esteve



ausente por motivos pessoais) e a jornalista Teresa de Sousa.

Alegre frisou que Mário Soares nunca se conformou com a ideia de a União Europeia se reduzir a uma «federação monerativista». Tal como a tese constante na série de artigos compilados para a obra do ex-

presidente da República, também Manuel Alegre sustentou que «a União Europeia não pode ser construída de cima para baixo, sem a participação dos cidadãos». Confessando-se seriamente preocupado com o futuro de Portugal e da União Europeia, o vice-presidente da Assembleia da República referiu ainda que «o País terá de repensar» a sua participação no processo europeu, porque «não podemos aceitar ficar na periferia».

Já na mensagem enviada pelo docente da Universidade de Coimbra Gomes Canotilho elogia-se a atitude «estimulante» de Mário Soares no sentido de «assumir a honra de ser político e de proclamar, sem ambiguidades, a necessidade de coragem».

A jornalista do jornal «Público» Teresa de Sousa lembrou a precisão com que o ex-chefe de Estado identificou os sinais do presente, num mundo «globalizado desestruturado, mas onde também observou sinais de esperança».

A Europa não é uma fronteira de espécie nenhuma, mas uma consciência comum», observou Teresa de Sousa em referência

ao pensamento político de Mário Soares, sustentando depois que a Europa pós-tratado de Maastricht deveria ter sido capaz de se afirmar como um espaço de capaz de conquistar para o seu projecto de construção dos cidadãos europeus, o que ainda não aconteceu, tal como provou o recente resultado do referendo irlandês.

A terminar, Teresa de Sousa recordou as críticas demolidoras feitas por Mário Soares ao Tratado de Nice – «a mais longa e mais patética de todas as cimeiras» – e a forma «corajosa» com o ex-Presidente da República se pronuncia sobre as questões angolanas.

«Angola é a mais vergonhosa nódoa da nossa política externa e que choca com a nossa vitória pelos Direitos Humanos em Timor-Leste», acrescentou Teresa de Sousa, que depois ouviu o ex-Presidente da República prestar solidariedade «em primeiro lugar com os cidadãos dos países africanos».

«Os cidadãos africanos em primeiro lugar, porque os seus governos muitas vezes são corruptos e querem a guerra», denunciou Soares.

REFORÇAR LAÇOS DE AMIZADE

Os ministros Ferro Rodrigues, de Portugal, e Alvarez Cascos, de Espanha, defenderam, no dia 18, o estreitamento das relações entre os dois países, na inauguração de uma ponte sobre o Rio Tordo, que liga Portugal e Espanha.

«Espero que a inauguração desta ponte possa contribuir para solidificar o caminho que tem vindo a ser trilhado pelos nossos Governos, no sentido de assegurar que as nossas terras fiquem mais perto e os nossos povos mais próximos», disse o ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues.

O representante do Governo português falava na inauguração da ponte sobre o Rio Tordo, na Extremadura espanhola, que fica a 18 quilómetros da fronteira portuguesa e a 16 da localidade espanhola de Valverde del Fresno, cerimónia que teve ainda a presença do Ministro espanhol do Fomento, Alvarez Cascos, e do presidente da Junta de Extremadura, Rodrigues Ibarra.

A nova ponte, que substitui um caminho que desde há muitos anos servia de ligação entre os dois países, orçou em 468 mil euros (cerca de 94 mil contos) e foi inteiramente financiada pela Junta de Extremadura.

A ponte tem 539 metros de extensão e 10 de largura.

Esta importante obra de ligação entre Portugal e Espanha situa-se no termo da via transversal extremeña, que liga a localidade de Hervás à fronteira portuguesa, e representa mais um passo no sentido da melhoria de comunicações entre vias com intenso movimento de trânsito, como o IP2 português e a autovia de «La Plata» espanhola.

Com a inauguração desta ponte, Penamacor e Valverde del Fresno, localidade com cerca de três mil habitantes, podem agora unir os seus esforços na defesa dos seus legítimos interesses e ambições de desenvolvimento, acrescentou o ministro Ferro Rodrigues.

O empreendimento aberto segunda-feira ao tráfego entre os dois países tem uma expressão financeira reduzida, mas reveste-se de grande significado para as duas regiões fronteiriças, cujo convívio pode agora mais facilmente ser estimulado, frisou.

O ministro português reconheceu que «a coordenação dos empreendimentos levados a efeito pelos dois países nem sempre tem sido a mais adequada, designadamente em domínios fundamentais como os rodoviários e os ferroviários».

Olhar juntos para a Europa

Para o ministro do Fomento espanhol, Alvarez Cascos, «séculos depois as fronteiras começam a desvanecer-se porque Portugal e Espanha, em vez de viverem de costas voltadas ou de se olharem de frente, decidiram unir os ombros e olhar juntos para a Europa.

Por isso agora não construímos castelos como dantes, mas antes pontes de união, pontes de comunicação e de progresso. Esta colaboração estreita entre Portugal e Espanha está a permitir um rosário de pontes entre as comunidades espanholas

e portuguesas».

«A ponte que hoje inauguramos, como as outras sete que inaugurámos nos últimos tempos, são um exemplo da cooperação entre o Estado e as Comunidades Autónomas, e mantemos a firme vontade de continuar este trabalho de união íntima entre os dois países, e proximamente serão construídas outras novas pontes sobre os rios Minho, Tâmega e Manzanas e duas sobre o Rio Guadiana, acrescentou o ministro espanhol.

«Estou convencido que ambos os Estados cumprem assim com a abertura desta nova ponte, como dever de tornar realidade a coesão europeia e de procurar a convergência efectiva dos nossos sistemas de transportes e de comunicações entre os nossos países, e assim com o resto da Europa», disse a concluir.

Por sua vez Rodriguez Ibarra, presidente da Junta de Extremadura, encerrou a sessão solene realizada sobre o tabuleiro da nova ponte afirmando que «antes ninguém entendia o que significava Portugal para a Extremadura e sobretudo o Alentejo e a região centro, e vice versa», mas que a cerimónia de segunda-feira vem por em evidência as boas relações entre Portugal e Espanha.

TAREFAS DOMÉSTICAS DOMINAM QUOTIDIANO DE PORTUGUESAS

As mulheres portuguesas dedicam em média cinco horas diárias a tratar da casa e dos filhos, rotinas pesadas que se mantêm predominantemente femininas, já que aos seus companheiros ocupam apenas duas horas por dia.

Estes dados, divulgados, no dia 19, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), surgem no âmbito do «Inquérito à Ocupação do Tempo» realizado em 1999. Segundo o estudo, os portugueses ainda recorrem pouco aos meios externos disponíveis para suavizar os trabalhos domésticos. Apenas uma família em cada sete dispõe de «empregada ou mulher a dias» e, desse grupo privilegiado, a maioria (61 por cento) beneficia dos seus serviços por um tempo médio semanal não superior a nove horas.

Outros substitutos presentes no mercado que permitem libertar as famílias de tarefas tipicamente caseiras, como o tratamento da roupa, a compra de comida confeccionada e a encomenda de compras, têm ainda uma difusão muito restrita em Portugal, de acordo com o INE.

De facto, 96 por cento dos inquiridos nunca recorreram a uma empresa de passagem de roupa a ferro e 97 por cento nunca pediram para receber em casa as compras do supermercado.

O consumo de refeições prontas parece

ser um pouco mais popular, mas ainda assim apenas 10 por cento dos portugueses afirmou usar esse serviço «com frequência ou algumas vezes».

A solidariedade interfamilias – que representa um terceiro tipo de apoio às tarefas domésticas – só beneficia 13 por cento da população, fundamentalmente os indivíduos mais jovens e os mais idosos.

Limpar a casa, preparar refeições, fazer compras, tratar da roupa, dar banho aos filhos e ajudá-los nas tarefas escolares são algumas das práticas diárias a conciliar com os horários laborais, mais ou menos rígidos consoante a ocupação profissional. O inquérito do INE apurou que os portugueses mais madrugadores são os agricultores e, logo depois, os operários, que por sua vez partilham com os trabalhadores administrativos uma maior rigidez nas horas de entrada e saída.

Os quadros superiores são os que começam mais tarde as actividades de índole profissional, mas são também, de uma forma geral, os últimos a regressar a casa.

Às 18 horas verifica-se que 66 por cento dos quadros superiores ainda estão a trabalhar, enquanto três quartos dos funcionários administrativos já deixou o emprego e 33 por cento dos operários continuam em funções.

NOVA CADEIA FEMININA NO NORTE

Dotar a região Norte da primeira cadeia central para mulheres, com capacidade para 368 reclusas, vai implicar um investimento superior a cinco milhões de contos, dos quais mais de quatro milhões são destinados à empreitada e fiscalização. Os números foram revelados na passada Segunda-feira, dia 18, pelo ministro da Justiça, António Costa, e pelo director-geral dos Serviços Prisionais, João Figueiredo, no final da assinatura do contrato de empreitada de construção daquele estabelecimento prisional feminino.

A cerimónia, que incluiu ainda o lançamento de um concurso para parcerias público-privadas na construção de novas cadeias no Algarve e Coimbra, decorreu no novo estabelecimento prisional da Carregueira (Belas, Sintra), que a 5 de Novembro começa a receber os primeiros reclusos do sexo masculino.

A primeira cadeia central feminina do Norte, que deverá estar pronta em Maio de 2003, pretende dar resposta ao aumento da população prisional feminina que, segundo João Figueiredo, se cifra actualmente em 1132 pessoas.

Neste momento, explicou o director-geral

dos Serviços Prisionais, existem apenas as cadeias femininas de Tires (a maior de todas), Castelo Branco e Felgueiras (regional), muito embora outras prisões tenham um sector para mulheres.

Esta «grande unidade feminina no Norte» irá acolher, segundo João Figueiredo, reclusas em regime fechado e aberto, sendo um estabelecimento baseado em «celas individuais», cada uma das quais com «instalações sanitárias completas».

O prazo de execução da obra é de 21 meses e prevê-se que disponha ainda de serviços clínicos, creche (para os filhos das reclusas que tenham uma idade até três anos), ginásio polivalente e sistema de segurança centralizada, com vídeo, raios-x e detector de metais.

Segundo António Costa, a cadeia feminina de Santa Cruz do Bispo (Leça da Palmeira, Matosinhos), juntamente com o estabelecimento da Carregueira e as novas prisões do Algarve e Coimbra, irão permitir ao sistema prisional aumentar a sua lotação global para 15 mil pessoas, um número excessivo para as necessidades mas que funciona como uma válvula de segurança para eventuais surtos de criminalidade.



Abrantes

Comemorações dos 85 anos de elevação a cidade

Atribuição de medalhas municipais de mérito e homenagem a funcionários da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados fizeram parte do programa de comemorações dos 85 anos de elevação de Abrantes à cidade, promovidas pela autarquia.



O secretário de Estado da Administração Interna, Rui Carlos Pereira, presidiu às comemorações, que decorreram no passado dia 14 de Junho.

Albufeira

Núcleo Museológico de Transportes

A criação de um Núcleo Museológico de Transportes na Freguesia de Ferreiras foi uma das novidades anunciadas pelo presidente da Câmara de Albufeira na visita realizada no dia 18 à Freguesia.



Outras novidades anunciadas aquando da deslocação a Ferreiras, prendem-se com a criação de mais habitação social, abastecimento e tratamento de águas e arranjos paisagísticos na rotunda do antigo cruzamento de Ferreiras, na envolvente do Centro de Saúde e na Praceta da Urbanical, entre outras.

Aveiro

I Feira do Animal

Cerca de duas dezenas de cães bebés e dois gatos foram adoptados na I Feira do Animal,

realizada no dia 17, em Aveiro, no Largo do Rossio.

O certame foi organizado pela associação de defesa dos direitos dos animais «Perdidos e Achados», em colaboração com a Câmara de Aveiro, tendo por objectivo arranjar uma família adoptiva para animais abandonados.



«A ideia é dar cães abandonados, quer recolhidos pela associação, quer pelo canil municipal», disse Haydée Pisan, representante da «Perdidos e Achados».

Durante a tarde, foram encontradas famílias para 20 cães bebés, dois adultos e dois gatos. Todos os cães que forem dados serão registados e, se as famílias vierem a necessitar, a «Perdidos e Achados» continuará a apoiar.

«Qualquer problema que haja, numa afiliação a associação aparece», referiu a representante da associação, que espera que a Feira do Animal passe a realizar-se com uma periodicidade mensal.

A associação de defesa dos direitos dos animais tinha previsto arranjar família para o «mínimo de 50 animais».

«Na abertura da Feira tínhamos aqui um caixote com seis cães cheios de pulgas e carraças», disse Haydée Pisan, admitindo que as acções de sensibilização para que as pessoas não se desfaçam dos animais não têm tido resultados visíveis.

«O abandono continua a existir, os maus tratos continuam a existir, os pontapés aos cães continuam a existir, mas não desistimos e achamos que devemos sensibilizar», afirmou.

Faro

Escolas de nataçao de Verão

Iniciam-se no próximo dia 2 de Julho, diariamente e durante os meses de Julho e Agosto, nas piscinas municipais de Faro, as escolas de nataçao de Verão, que irão decorrer nos períodos da manhã.

As inscrições, que podem efectuar-se na secretaria das piscinas, estão abertas a todos os jovens com idades compreendidas entre os três e os 14 anos.

Lisboa

Famílias voltam ao Convento das Bernardas

O Convento das Bernardas vai voltar acolher em Julho 34 famílias que ali residiam, depois

de quase dois anos de obras de recuperação do edifício, anunciou o presidente da Câmara de Lisboa, João Soares.



O autarca falava no dia 18 durante uma visita que hoje efectuou ao local, acompanhado pelo Presidente da República, Jorge Sampaio.

Para João Soares, cumpre-se assim a estratégia de reabilitação e revitalização urbana que a autarquia lisboeta tem seguido, já que o regresso das famílias que optaram por permanecer no edifício insere-se num projecto integrado que prevê a dinamização daquele espaço com um conjunto de equipamentos culturais, sociais e comerciais.

«O regresso dos moradores e a abertura de novas possibilidades ao bairro são essenciais para a modernização de algumas características da cidade» considerou, por seu lado, o Presidente da República, que enalteceu a parceria entre autarquia e Governo neste projecto de reabilitação e assinalou a importância da «generalização deste movimento em todo o País».

«Era um espaço dantesco que passa a ser um horizonte tocável pelas pessoas», disse Jorge Sampaio, a propósito da recuperação do convento.

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, que também participou na visita às obras, salientou igualmente o exemplo desta intervenção no que respeita à colaboração entre a administração central e local para a requalificação dos centros urbanos.

Porém, Leonor Coutinho lamentou que os protocolos estabelecidos com as câmaras no âmbito do REHABITA (Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas) se façam ainda a um ritmo inferior ao que seria desejável.

Preços especulativos no mercado

«Positivo é o facto do edifício voltar a acolher alguns dos seus antigos moradores em vez de se converter num museu que ninguém iria visitar ou em casas que seriam colocadas no mercado a preços especulativos», considerou a secretária de Estado.

O projecto integrado do Convento das Bernardas, na Madragoa, foi criado em 1996, mas as obras só tiveram início em Novembro de 1999, depois de obtidos os financiamentos necessários para fazer face aos 1,5 milhões de contos de investimento

no projecto.

Das cerca de cem famílias que residiam no Convento antes das obras apenas 34 vão regressar ao edifício, tendo as restantes optado por uma indemnização.

Além da habitação, o Convento vai ser ocupado com quatro lojas, um restaurante que vai valorizar a gastronomia tradicional, um centro de dia, a colectividade local e o Museu da Marioneta, cujo espólio integra cerca de 800 peças, adiantou Maria Louro, da EBAHL, empresa municipal que vai ser responsável pela gestão do edifício.

Sintra

III Estoril Sintra Classics

No âmbito do calendário de animação turística da Costa do Estoril e Sintra, decorreu no passado fim-de-semana (16 e 17 de Junho) a 3ª edição do Estoril Sintra Classics.



Este evento contou com um elevado número de concorrentes nacionais e estrangeiros, num total de cerca de 60 carros.

Vila Real de S. António

Praias de qualidade

As praias da baía de Monte Gordo apresentam águas classificadas com «boa qualidade», após análises efectuadas pelo Laboratório de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Algarve.



As análises efectuadas este mês revelam que as praias de S. António, Monte Gordo, Lota, Manta Rota e Fábrica-Mar apresentam apenas entre 1 e 6 coliformes, quando o nível recomendado é de 500 e o máximo é de 10 mil.

PORTO

Megajantar

FERNANDO GOMES APRESENTA RECANDIDATURA

O camarada Fernando Gomes afirmou no dia 18 que se recandidata à Câmara do Porto por perceber «um certo sentimento de perturbação na condução da cidade», cuja presidência deixou há cerca de 15 meses para integrar o Governo, prometendo «a mesma combatividade e determinação do primeiro mandato», ao mesmo tempo que anunciou a sua aposta na transformação do Porto numa «cidade de cultura».

O ex-ministro da Administração Interna falava num megajantar de apresentação da sua recandidatura à presidência da autarquia, que contou com a presença de algumas das principais figuras da Cidade Invicta nas áreas cultural e científica, desportiva, económica e social, bem como de um vasto número de dirigentes nacionais do PS como Jorge Coelho, Francisco Assis, José Lello, Jâmlia Madeira, Mário Almeida, entre muitos outros, assim como de numerosos deputados e dirigentes do PS/Porto.

O camarada Fernando Gomes sublinhou no



seu discurso que na sua ausência «o ritmo de realizações não abrandou mas, apesar disso, começou a sentir-se a necessidade de um novo impulso e de uma reorientação nas suas finalidades, como comunidade, bem como nas suas políticas municipais». O projecto de cidade que Fernando Gomes promoveu no Porto pareceu-lhe, a meio do actual mandato, suficientemente afirmado para poder «sem sobressaltos passar o testemunho a uma equipa que, coesa e em sintonia com os portuenses, pudesse conciliá-lo».

«Mas não foi isso que depois aconteceu», acrescentou o camarada Fernando Gomes, frisando que «não foi com ligeireza» que tomou a decisão de «refazer o caminho de regresso à cidade após uma breve e tormentosa passagem pelo Governo», onde afirmou ter dado o melhor de si.

Cidade de cultura

Depois de enumerar as razões que o levam a avançar para a corrida à Câmara do Porto, o camarada Fernando Gomes enunciou

algumas das principais propostas para a cidade, entre as quais se destaca um projecto para transformar a Invicta numa «cidade de cultura».

E anunciou que a política cultural da autarquia será de estímulo à oferta cultural e de apoio às indústrias culturais criadoras de emprego e de mais-valias.

Outra proposta é uma «cidade urbanisticamente equilibrada, requalificando a Baixa e povoando-a, valorizando a frente ribeirinha e marítima e apostando na zona oriental».

E também, adiantou, «uma cidade mais justa e solidária onde se esbatam as diferenças entre a cidade rica e burguesa e a cidade pobre e popular».

Neste contexto, prometeu políticas de combate à exclusão social.

O camarada Fernando Gomes referiu ainda que quer uma cidade com boas acessibilidades, porque, alertou, o Porto corre o risco de «sufocar com a invasão diária de automóveis particulares se os transportes públicos não constituírem uma alternativa eficaz».

BAIÃO

Luís Carneiro candidato

O Partido Socialista apresentou José Luís Carneiro como seu candidato à liderança à Câmara de Baião.

Esta candidatura tem como objectivo lutar pela mudança e pelo desenvolvimento do concelho onde o poder laranja está instituído há oito anos.

«Uma mudança obrigatória e indispensável para impedir a fuga da população de Baião para os concelhos vizinhos e para os grandes centros urbanos, onde têm oportunidades que aqui não encontram», frisou o candidato.

Acrescentou que, nos «últimos 50 anos perdemos mais de 10 mil pessoas, que foram embora porque aqui não encontram oportunidades de emprego e porque têm grandes dificuldades em adquirirem habitação».

O candidato assume uma candidatura que pretende lutar por um concelho com emprego, boas acessibilidades, com saneamento e água ao domicílio, educação, com possibilidades de qualificação profissional e a criação de incentivos para os investidores.

«Vivemos numa terra de riquezas naturais, humanas e culturais, mas onde persiste uma agricultura de subsistência, um sector industrial insuficiente, a ausência de pólos urbanos, falta de emprego, falta de acessibilidades e más condições existentes», sublinhou.

Desenvolvimento com respeito pelo ambiente

José Luís Carneiro aposta numa política de

desenvolvimento turístico, com a preservação e conservação da natureza, que permita a entrada de capitais exteriores, aumente a oferta de emprego e favoreça as actividades comerciais.

«Temos o dever de evitar que Baião continue a perder população, sobretudo evitar que os nossos jovens por falta de oportunidades de emprego tenham de procurá-las noutras terras», salientou o responsável que considera ainda como prioridade o apoio aos mais idosos e às instituições de solidariedade social.

Para o candidato socialista, apesar dos oito milhões de contos de investimentos que foram feitos em Baião nos últimos cinco anos, é necessário reforçar ainda a aposta na construção de acessibilidades, saneamento e água ao domicílio, áreas em que o concelho continua na cauda do distrito.

José Luís Carneiro vai disputar a câmara de Baião com a actual presidente laranja, e Manuel Rodrigues pela CDU, desconhecendo-se ainda o candidato pelo PP.

O candidato, com 29 anos, é professor universitário, é chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PS e vereador na Câmara de Baião desde 1997.

Na praça Manuel de Castro, em frente à escola primária que José Luís Carneiro frequentou, a apresentação oficial da sua candidatura contou com o apoio de dirigentes do partido como o líder parlamentar, Francisco Assis, o secretário de Estado Fausto Correia e presidente da distrital portuense, Narciso Miranda.

Presentes estiveram ainda os antigos ministros Maria de Belém e Fernando Gomes e a corredora de atletismo Aurora Cunha, entre presidentes e candidatos a câmaras do distrito do Porto.

Maratona

Fausto Correia, também membro da Comissão Permanente do PS, que substituiu Jorge Coelho na visita a Baião, apesar de reconhecer a dificuldade em vencer a câmara daquele concelho, frisou que «em democracia, não há vencedores antecipados, e que o combate só vai terminar no dia das eleições».

Para o dirigente socialista, é uma prova de maratona, e como tal defendeu a necessidade de se percorrer todo o concelho para levar às populações a mensagem de mudança do PS.

Fausto Correia criticou a actuação da JSD de Baião, ao distribuir comunicados em que acusavam José Luís Carneiro de estar ausente do concelho e de desconhecer a realidade dessa mesma região.

Para o membro da Comissão Permanente do PS, aquela atitude apenas revela uma insegurança, e considera que não se pode exigir a alguém que está a exercer importantes funções em Lisboa que esteja de segunda a sexta-feira na sua terra natal. O presidente da Federação Distrital do PS Porto, Narciso Miranda, que se disponibilizou para ajudar na concretização de um trabalho que também entende ser difícil, salientou que este tem de ser feito para retomar um projecto de

desenvolvimento de Baião iniciado com o autarca socialista Artur Borges.

A mesma ideia foi compartilhada por Francisco Assis, presidente do Grupo Parlamentar do PS, que frisou ainda a necessidade de se realizar em Baião um confronto político subordinado às regras da democracia e do civismo.

Défi ce democrático

Francisco Assis criticou ainda a actual presidente da Câmara de Baião, acusando-a de «falta de respeito para com a oposição», e considerou José Luís Carneiro como um candidato capaz de resolver os principais problemas da região. O líder da bancada parlamentar do PS apelou à união e ao apoio de todos os socialistas frisando que é o que distingue o Partido Socialista dos outros partidos é a sua unidade.

«A principal oposição do líder do PSD, Durão Barroso, é o presidente da distrital do Porto do próprio partido, Luís Filipe Menezes, que nos últimos meses tem criticado fortemente a actuação do seu líder partidário», sustentou.

A deputada Maria de Belém classificou José Luís Carneiro como um «candidato capaz de mover montanhas pela sua terra». «A apresentação da sua candidatura decorre hoje e José Luís Carneiro já é vítima de ataques por parte do poder social democrata, o que demonstra que ele é uma pessoa capaz de oferecer uma alternativa para este concelho», salientou Maria de Belém.

PERSPECTIVA

Jorge Coelho



CORRIGIR A TEMPO

É verdade que houve uma linguagem de algum facilitismo. É verdade que foram criadas expectativas talvez demasiado optimistas.

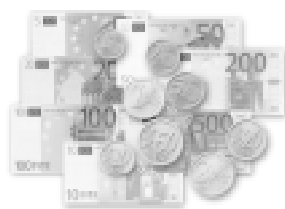
É igualmente verdadeiro que foram tomadas iniciativas com base em valores e indicadores que hoje se vê estarem algo desajustados da realidade.

No entanto, temos de ter em conta que a evolução da economia a nível mundial tem uma forte influência em Portugal e não podemos ignorar o que se passa em países «motores» da economia mundial como os EUA e a Alemanha.

É aliás curioso de assinalar que, quando os nossos indicadores apontavam para um crescimento mais significativo, alguns partidos da oposição afirmavam que não havia qualquer mérito porque estávamos a beneficiar da conjuntura internacional. Agora que a economia mundial está em desaceleração, as culpas e as responsabilidades vão todas para o Governo português.

É preciso alguma independência e isenção na análise do que se está a passar.

De acordo com esta postura, reconheço que foram cometidos alguns erros, que não houve um discurso suficientemente preventivo que equacionasse alguns acontecimentos futuros. No entanto, não se pode pensar que Portugal é uma ilha, muito menos na era da



globalização, onde, por exemplo, fundos de investimento atravessam fronteiras, escolhem mercados e são elementos fundamentais no crescimento económico.

Esta semana tive a preocupação de seguir com mais atenção a informação económica internacional e facilmente se percebe o que se está a passar. Numa edição «on-line», na segunda-feira, estavam em destaque as seguintes notícias: «Espanha-Produção industrial recua em Abril»; «Japão-PIB recua e deixa País à beira da recessão» e declarações de Vítor Constâncio em que afirmava que «o elevado défice da balança corrente dos EUA não é sustentável». Poderia ainda referir outras notícias, como o crescimento do desemprego, pelo quinto

mês consecutivo na Alemanha, ou o abrandar do crescimento na zona euro devido à desaceleração dos EUA e do Japão.

É evidente que há um efeito de bola de neve e Portugal não foge a este efeito. Quando o Governo preparou o Orçamento para este ano, a taxa de crescimento nos EUA andava nos 5 por cento e agora anda acima de 1 por cento.

Não podemos, no entanto, andar no «oito ou oitenta». Não estamos a passar do «paraíso» para o «inferno». O país continua a ter um crescimento económico positivo e não está a sofrer vagas de desemprego de milhares de pessoas numa só empresa, como está a suceder em muitos países da Europa e da América.

Faço minhas as palavras do Presidente da República, que afirmou, segundo a edição do «DN» de 11 de Junho de 2001 que «a situação económica do País é «complexa e difícil», mas recusou a ideia da criação de «crises artificiais». Ainda segundo o «DN», Jorge Sampaio fez um apelo «às indispensáveis disponibilidades para as partilhas da responsabilidade e o compromissos necessários».

O que já não se entende é a postura de alguns partidos da oposição que lançam fantasmas – como o das eleições antecipadas – ou insinuações de que quem votar a favor do Orçamento Rectificativo é cúmplice dos erros. A fase que o País atravessa exige posturas

de responsabilidade. O Governo está a assumir, em tempo útil, as suas responsabilidades e a tomar medidas que permitem uma correcção adequada. O Governo não está a pensar nos votos, o objectivo é salvaguardar os interesses dos portugueses.

Errar seria tentar esconder os indicadores económicos a nível nacional e mundial. Todos os países estão a tomar medidas correctoras e não são acusados de incompetência. Estão a lutar contra os efeitos, neste caso negativos, da globalização e da interdependência económica. Portugal não foge à regra e deve concentrar as suas energias para ultrapassar as dificuldades sem grandes custos sociais. Mas sejamos claros.

Ou de uma vez por todas se promovem com determinação e coragem as reformas que o País carece, ou, então, como alguns indicadores começam preocupantemente a anunciar, a confiança dos portugueses no projecto de solidariedade e desenvolvimento que o PS e o seu Governo protagonizam pode começar a ser posto em causa pela sua base social de apoio.

Se mudar o que tem de ser mudado, se corrigir o que tem de ser corrigido, estão em minha opinião criadas as condições para que o PS, o seu Governo e o seu principal protagonista, o camarada António Guterres, reiniciem um novo ciclo na modernização e desenvolvimento do País.

PAC

Capoulas Santos



PREPARAR A REFORMA DA POLÍTICA AGRÍCOLA

A Política Agrícola Comum (PAC) é hoje externamente criticada por muitos e internamente criticada por todos, mesmo por aqueles que tiveram responsabilidades na concepção do seu actual figurino. Ao ligar a maior parte dos apoios às produtividades históricas e ao excluir deles as principais actividades para as quais temos aptidões ou maiores vantagens comparativas, a PAC é, sem qualquer margem de dúvida, profundamente injusta para Portugal. Utilizando a estreita margem de manobra permitida pelo compromisso da Agenda 2000, que mereceu a nossa oposição, Portugal concebeu e está a executar a Política Agrícola Nacional (PAN), há muito reclamada. O regadio e a floresta foram elevados a pilares estratégicos. A vinha, o olival, a horticultura, a fruticultura, a pecuária extensiva, os produtos tradicionais de qualidade e a melhoria da qualidade do leite foram definidos como sectores prioritários.

Foi concebido um conjunto alargado de instrumentos de política. Praticamente todos estão já em plena aplicação. Através deles, até 2006, pretendemos atingir: 73.000ha de novos regadios, 370.000ha de floresta, 110.000ha de novas vinhas, pomares e olivais, 1.100.000ha

de área agrícola abrangida por contratos agro-ambientais, 50.000 empresários e operadores agrícolas sujeitos a acções de formação, aumento de 30 por cento na produtividade do trabalho, aumento de 35 por cento no rendimento do trabalho do sector e aumento de 26 por cento nas exportações.

Dispor uma estratégia, metas, instrumentos de política e meios financeiros para a executar, não pode levar-nos à acomodação. O dinamismo da sociedade, o alargamento da União com uma dimensão sem precedentes, a progressiva liberalização dos mercados à escala mundial impõem que se comece, desde já, a preparar o futuro.

Foi nesse sentido que Portugal tomou a iniciativa, antes que quaisquer outros o fizessem, de apresentar uma proposta contendo um novo modelo para a PAC.

A discussão da reforma da PAC não pode deixar de centrar-se no modo como a reorientação da agricultura europeia deverá processar-se no sentido da competitividade, da qualidade e da sustentabilidade.

É necessário, útil e vantajoso dar maior liberdade empresarial aos produtores, criando condições para garantir uma maior eficiência no uso dos recursos, libertando-os das

condicionantes actuais.

Fechar os olhos a esta realidade, insistindo na manutenção do actual modelo ou, como foi já publicamente defendido por alguns críticos internos, introduzir o princípio da renacionalização que a Alemanha pretende, constitui um erro irreparável. Portugal não pode, em nenhuma circunstância, deixar de defender a manutenção do carácter europeu e comum das políticas.

Apesar da nossa proposta permitir duplicar ou, até mesmo, triplicar os actuais apoios a Portugal, há, espantosamente, quem defenda não ser altura de promover uma modificação tão substancial, a bem do «status quo», ou por receio das consequências que tais alterações poderão representar para alguns interesses instalados.

Obviamente que tal modificação, pela sua amplitude e face às expectativas criadas pela Agenda 2000, deverá ser cautelosa e progressivamente introduzida. Nesse sentido, preconizamos a criação dos mecanismos necessários à tranquilidade do processo de adaptação.

O novo modelo deverá estar em pleno funcionamento a partir de 2011, será aplicado gradualmente a partir de 2003, sendo voluntário

até 2006 para os actuais agricultores, garantindo-lhes o actual nível de apoios.

O novo sistema de ajudas terá por base a exploração agrícola e assentará em critérios que valorizem o ambiente, o emprego e a qualidade dos produtos. Complementarmente, será criado um sistema de estabilização do rendimento dos agricultores face à instabilidade dos preços no mercado mundial, às aleatoriedades climáticas e a outros factores responsáveis por fortes oscilações do rendimento agrícola.

É nesta perspectiva que queremos abrir o debate sobre esta importante questão. Assistir-se-á, ao longo dos próximos meses, ao desenvolvimento de outras propostas, ao assumir de posições por parte da Comissão Europeia e de outros Estados-membros, dos grupos de pressão ou de especialistas independentes. Estamos preparados para reagir, com serenidade e convicção, à deturpação grosseira ou à abordagem demagógica, tal como estamos abertos a acolher críticas fundamentadas ou alternativas que permitam atingir os mesmos objectivos para a agricultura portuguesa e europeia.

In-Expresso, 09-06-2001



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Jazz em Albufeira

Hoje, às 22 horas, vá até ao Auditório Municipal e desfrute de um concerto de jazz a cargo do RJC Quinteto Latino. A exposição fotográfica «Assim aconteceu...», de Carlos Pinto Coelho, estará patente ao público até ao dia 30, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, diariamente, das 16 e 30 às 22 horas (encerra aos domingos e feriados).

Arte em Amarante

O Museu Municipal Amadeo de Souza-Cardoso prepara-se para receber, a partir de sábado e até ao dia 23 de Julho, uma exposição oriunda de França - «O Salon de Montrouge», uma iniciativa que já vai na 46ª edição e que reúne trabalhos de jovens criadores espanhóis, franceses e portugueses. O «Salon» poderá ser visitado de terça-feira a domingo (excetuando feriados) entre as 10 horas e as 12 e 30, ou das 14 e 30 às 17 horas.

Teatro em Coimbra

Hoje e amanhã, pelas 21 e 45, o Teatro Académico de Gil Vicente será palco da peça «Abaixo da Cintura», com texto de Richard Dresser e tradução/encenação de Paulo Filipe. A partir de hoje, as fotografias de Edmundo Bettencourt estarão em exibição na Torre D'Anto. O Grupo Folclórico de Coimbra actua nos dias 22, 29 e 30, nas fogueiras de São João e São Pedro, no Largo Marquês de Pombal. A cantora brasileira Adriana Calcanhotto, acompanhada pelo guitarrista António Chainho, cantará este sábado no Choupalinho.

Orquestra em Fafe

O Estúdio Fénix acolhe, amanhã, sexta-feira, dia 22, a partir das 21 e 30, um concerto a cargo da Orquestra do Norte, em que serão recriadas obras de Frederico de Freitas, Shostakovich e Schubert.

Concerto em Guimarães

Hoje, às 21 e 45, o Auditório da Universidade do Minho exhibe o filme «Recursos Humanos», de Laurent Cantet. Ainda hoje, um quarto de hora mais tarde, a Orquestra do Norte actuará no Paço dos Duques de Bragança. As esculturas e os desenhos do artista João Cutileiro poderão ser apreciadas, a partir de amanhã, na Galeria JM Gomes Alves. A cantora gaúcha Adriana Calcanhotto actuará domingo, dia 24, na Praça de Santiago. O concerto contará a participação dos músicos brasileiros Zeca

Assunção e Marcos Suzano e também do guitarrista português António Chainho como convidado especial.

Capoeira em Lisboa

Amanhã, sexta-feira, estreiam três filmes nas salas de cinema alfacinhas. Trata-se de «Intimacy», de Patrice Chereu; «Lara Croft: Tom Raider», de Simon West; e «Les Enfants Du Siècle», de Diane Kury. Este domingo, a Junta de Freguesia do Lumiar será palco de um espectáculo de capoeira, agendado para as 18 horas.

Espectáculo em Loulé

O cantor e compositor português Rui Veloso apresenta-se, este domingo, dia 24, pelas 22 horas, no Calçadão Nascente.

Danças no Montijo

Está patente, a partir de hoje e até ao dia 25 de Julho, na Biblioteca Municipal, a exposição de pintura mista «A Linha e as suas Interferências», de Mauro Bicudo. O acto inaugural da mostra decorre às 18 horas de hoje, seguindo-se o colóquio intitulado «Arte: Perspectivas para o século XXI». A autarquia local realiza, pela segunda vez, o Festival de Danças, que conta com a participação de alunos da Academia de artes, AMUT, Descendentes, Escola de Música de Pegões e da Escola de Música Musi e Musa. O primeiro espectáculo realiza-se no Jardim da Casa da Moura, amanhã, sexta-feira.

Homenagem em Paredes de Coura

De 27 de Junho a 2 de Julho, no Centro

Cultural, decorre a homenagem a Aquilino, um evento cultural e científico de elevado mérito. A homenagem inclui o Congresso de Estudos Aquilínianos.

Sol no Porto

O Visionarium – Centro de Ciência do Europarque assinala hoje o equinócio de Verão comemorando o «Dia do Relógio de Sol», uma iniciativa que pretende valorizar este instrumento científico e objecto de arte. O programa de actividades inclui um ciclo de palestras em que participarão como oradores Victor Manuel Sampaio e Mello, do Instituto de Investigação, Estudo e Desenvolvimento do Quadrante Solar, a escultora e directora do curso de Artes Plásticas da Universidade de Évora Clara Menéres, e António Afonso, representante do Instituto Geográfico do Exército. Da programação faz ainda parte uma exposição de relógios de sol portáteis. E, finalmente, a partir das 15 horas decorrerá um *workshop* de construção destes instrumentos monitorizado pelos guias do Centro de Ciência.

Música em Sintra

No âmbito do programa da 36ª edição do Festival de Música de Sintra, Maria João Pires dará dois concertos. No dia 25, realiza-se o espectáculo de Rufus Müller, tenor, acompanhado da pianista portuguesa, que recriará obras de Beethoven e Schubert. No dia 27, Augustin Dumay (violino), Ariane Grajon (violino) Gérard Caussé (viola), Jing Wang (violoncelo) e Maria João Pires, interpretam Schubert e Schumann. Ambos recitais decorrerão a partir das 21 e 30, no Palácio Nacional de Queluz.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Mãe

Minha Mãe:
Trago a resina das velhas árvores da floresta nas minhas veias.
E a sina de nascer no meio das baladas à volta da fogueira tu sabes como é sempre uma dor nova sabes ou não sabes, minha Mãe?

Sabes ou não sabes o mistério de olhos inflamados de macho que um dia encontraste no teu caminho de tombasana de pés descalços?

Sabes ou não sabes, Mãe a resina das velhas árvores plantadas pelos espíritos as blasfémias dos mortos saingando as raízes virgens e as grandes luas de ansiedade esticando as peles dos tambores enraivecidos e dando às folhas das palmeiras o brilho incandescente das catanas nuas?

E no sabor do encantamento, Mãe dos nossos desenfiteçados feitios ancestrais o exorcismo ingénua das tuas missangas o maravilhoso meheu das tuas canções e o segredo do teu corpo possuído mas de materno sangue inviolável donde a minha sina nasceu.

No espaço da tua sepultura de negra sabes ou não sabes a verdade agora sabes ou não sabes minha Mãe?

Moçambique
José Craveirinha

SUGESTÃO

Rivershow celta

Virtuosos bailarinos irlandeses, russos, australianos, americanos e ingleses juntam-se, de 20 a 24 de Junho, no Pavilhão Atlântico (Parque das Nações), sempre às 21 e 30, naquele que já foi descrito como o «megacelta show». «Riverdance – The Show» é um espectáculo que, por onde tem passado, tem arrastado multidões. O evento vive das tradições celtas, da homenagem à história da Irlanda, das guerras pela fundação daquele país. Campeã de bilheteiras, a superprodução «Riverdance» mistura a tradição

irlandesa com o flamenco, o sapateado americano, a dança russa, numa erupção de ritmos globais. Depois da estreia em Dublin, o sucesso não parou e os dançarinos ultrapassaram a centena. Actualmente, a companhia do «Rivershow» divide-se em três, uma em digressão pelos Estados Unidos e o Canadá, outra pela Europa e Austrália e uma terceira, residente na Broadway. «Riverdance – The Show» é um momento ímpar de cultura, um acto de comunhão, verdadeiramente a não perder.

Ciclo Nova Dança Africana

Ulozi e Flush

Mxoliso George Khumalo
África do Sul

Sobretudo

António Tavares
e Vítor Gama
Cabo Verde

24, 25 e 26 de Junho – 21h30

Sala de Ensaio
Centro Cultural de Belém



ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

1. A opção de Durão Barroso no sentido de viabilizar, em princípio, o Orçamento Rectificativo de 2001, estriba-se numa lógica utilizada noutras circunstâncias, por outros grupos parlamentares da oposição. A lógica de que, num Orçamento Rectificativo não se está a aprovar uma política económico-financeira global de um Governo, mas sim a providenciar meios para satisfazer determinadas despesas, em relação às quais se considera que não podem ser satisfeitas pelas disposições orçamentais em vigor. E se, neste contexto, na oposição comunista já se fundamentou um voto de viabilização de um Orçamento Rectificativo com a necessidade de garantir o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde é entendível que, na oposição de direita, se fundamente um paralelo tipo de voto, viabilizando um outro Orçamento Rectificativo, para satisfazer um dos seus efeitos práticos essenciais: Pagar a

empresas fornecedoras privadas os seus produtos e serviços.

2. Não há pois, necessariamente, nenhuma cumplicidade política em qualquer destes votos verificados ou previsíveis. Apenas a concretização precisa de estratégias oposicionistas com objectivos diversos, com sensibilidade diferentes, que não garantem, por si só, de forma nenhuma, que tal voto se confirme nos finais de 2001, com a votação final do Orçamento de Estado para 2002.

3. Daqui, até lá, o PS e o Governo terão de reforçar a sua imagem, reorientar algumas formas de actuação de maneira a que se avance com decisão e determinação, na concretização do Programa eleitoral democraticamente sufragado no tempo (ainda não longínquo) de Outubro de 1999.

4. Neste contexto, é necessário que algum

pessimismo latente ou evidenciado em meios económicos venha a dar lugar a uma confiança renovada, que se aperfeiçoe o que se faz (e que procure fazer melhor), que se utilizem todos os recursos do III Quadro Comunitário de Apoio, desenvolvendo a aplicação do Programa Operacional da Economia e de outros Programas. Sem prejuízo de uma estratégia de solidariedade social (a qual é indissociável da prática política socialista democrática) e da concretização do investimento público e privado, que garanta um processo de crescimento económico com taxas elevadas.

Reanalizando as contas e reprogramando onde for necessário. Mudando o que for necessário mudar. Com coragem e determinação, de forma a que se possa reforçar a confiança global dos portugueses nas práticas governativas do PS. Sem o que o nosso projecto democrático, solidário, desenvolvimentista e progressista poderá vir a correr sérios riscos, mais cedo do que tarde.

«Desde que aposte em bons candidatos e programas aliantes, o PS tem condições para ganhar e é para isso que estamos a trabalhar»

Jorge Coelho
Diário de Notícias, 20 de Junho

«A organização, a gestão, o estudo dos mercados externos por parte dos empresários não entram no cálculo da percentagem de responsabilidade pelo declínio da cobertura das importações pelas exportações?»

Medeiros Ferreira
Diário de Notícias, 19 de Junho

«Fomos para uma solução que dá poderes aos presidentes das CCR, não alargando os cargos políticos e fazendo com que os presidentes das CCR estejam na dependência do primeiro-ministro»


Alberto Martins
Público, 18 de Junho

«Nós não podemos ter descentralização regional neste momento. O que podemos ter – e o que é feito – é desconcentração»

Idem, ibidem

«As CCR não vão ter mais competências, os presidentes é que vão ter funções de articulação»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

António José Seguro
Director-adjunto

José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição

Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista,

Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

